

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CLAUDIO LUIZ PEREIRA BATISTA

DISPUTA HÍDRICA ENTRE CHINA E ÍNDIA:  
a relação com o desenvolvimento do arsenal nuclear paquistanês.

Rio de Janeiro

2018

CC CLAUDIO LUIZ PEREIRA BATISTA

DISPUTA HÍDRICA ENTRE CHINA E ÍNDIA:  
a relação com o desenvolvimento do arsenal nuclear paquistanês.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (Ref) Claudio Rogerio de Andrade Flôr

Rio de Janeiro  
Escola de Guerra Naval  
2018

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus, que esteve comigo em todos os momentos e tornou tudo possível.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (Ref) Claudio Rogerio de Andrade Flôr, pela atenção, pela disponibilidade, por seus conselhos e pela maneira sempre cortês com que conduziu a orientação, o que me deu tranquilidade para produzir.

Ao Capitão de Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima, pela sua dedicação e esmero ao preparar e ministrar aulas brilhantes, pela sua disponibilidade em sempre nos auxiliar e, particularmente, por ter me ajudado a decidir o rumo a seguir.

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo Faria de Mattos, pela valorosa contribuição com a minha pesquisa. Ressalto, também, que o seu entusiasmo e a qualidade das suas aulas serviram para me impulsionar para o tema do meu trabalho.

Aos meus amigos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2018, por termos compartilhado e vencido juntos esse desafio. Desejo sorte e sucesso a todos!

Ao meu filho, Pedro, por ser um motivo de orgulho para mim e por compreender as muitas ausências e a falta de tempo disponível, em virtude dos meus compromissos de estudo.

E, por fim, à minha amada esposa, Tirzá, por ser tão importante na minha vida e por estar sempre ao meu lado, dando-me o suporte necessário para que eu superasse todos os desafios. Obrigado por fazer tudo valer a pena!

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é verificar se o Estado do Paquistão foi beneficiado com o conflito hídrico entre a China e a Índia, para o desenvolvimento do seu arsenal nuclear, entre as décadas de 1960 e 1990. Para tal, como desenho de pesquisa, utiliza-se a comparação entre a teoria e a realidade. Usam-se, como apoio teórico, os pensamentos de dois autores realistas: Hans Morgenthau, cujos elementos do poder nacional servem para explicar o interesse dos Estados pelo domínio da água e, assim, justificar os conflitos hídricos; e Henry Kissinger, que, no contexto da guerra fria, relata como se deu a diplomacia triangular de Nixon, sendo esta a base para que, neste trabalho, identifique-se um mecanismo semelhante nas relações entre a China, a Índia e o Paquistão. Após o embasamento teórico, abordam-se a importância dos recursos hídricos e as questões envolvendo a sua escassez, além dos conflitos motivados pela água, particularmente, entre os atores estatais estudados. Trata-se das relações regionais do Paquistão e da origem do seu armamento nuclear, expondo-se evidências do auxílio chinês ao Paquistão na construção do seu arsenal nuclear. Em seguida, procura-se responder à questão proposta, analisando-se os fatos sob a ótica dos aspectos teóricos abordados. Por fim, conclui-se que, em função dos conflitos hídricos entre a China e a Índia, o Paquistão realmente teve benefícios, recebendo ajuda chinesa para o desenvolvimento de suas armas nucleares.

Palavras-chave: Elementos do Poder Nacional. Diplomacia Triangular. China. Índia. Paquistão. Conflitos Hídricos. Recursos Hídricos. Arsenal Nuclear.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Consumo de água virtual .....	56
Figura 2 -	O mapa da China e a região do Tibete .....	57
Figura 3 -	Territórios em disputa entre a China e a Índia .....	58
Figura 4 -	A Bacia do Rio Indo .....	59
Figura 5 -	Conflitos na Caxemira .....	60
Figura 6 -	A competição de armas nucleares entre a Índia e o Paquistão .....	61

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS .....</b>	<b>9</b>
2.1	SOB A ÓTICA REALISTA .....	9
2.1.1	A água como um elemento do poder nacional de Morgenthau .....	10
2.1.2	A diplomacia triangular de Nixon identificada por Kissinger .....	14
2.1.3	A diplomacia triangular nas questões hídricas: uma reflexão preliminar .....	20
<b>3</b>	<b>OS RECURSOS HÍDRICOS COMO UM MOTIVADOR DE CONFLITOS ....</b>	<b>21</b>
3.1	A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA .....	21
3.2	O PROBLEMA DA ESCASSEZ DA ÁGUA .....	22
3.3	A ÁGUA COMO UM MOTIVADOR DE CONFLITOS ENTRE ESTADOS .....	23
3.4	O ESTABELECIMENTO DA HEGEMONIA HÍDRICA DA CHINA .....	29
3.5	A QUESTÃO HÍDRICA ENTRE A CHINA E A ÍNDIA .....	31
<b>4</b>	<b>PAQUISTÃO: RELAÇÕES REGIONAIS E ARMAMENTO NUCLEAR .....</b>	<b>34</b>
4.1	O RELACIONAMENTO ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO .....	34
4.2	O DESENVOLVIMENTO DO ARMAMENTO NUCLEAR DO PAQUISTÃO .....	36
4.2.1	A origem e as motivações .....	36
4.2.2	O auxílio chinês .....	38
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-INDO-PAQUISTANESAS SEGUNDO AS TEORIAS APRESENTADAS .....</b>	<b>43</b>
5.1	A DISPUTA PELA ÁGUA, ELEMENTO DO PODER NACIONAL .....	43
5.2	ANÁLISE DO TRIÂNGULO ESTRATÉGICO SINO-INDO-PAQUISTANÊS .....	44
5.3	AS ARMAS NUCLEARES DO PAQUISTÃO COM AUXÍLIO CHINÊS .....	46
5.4	RESPOSTA À QUESTÃO PROPOSTA .....	48
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>49</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO A .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO B .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXO C .....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO D .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO E .....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO F .....</b>	<b>61</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em função da sua crescente importância para as atividades humanas, especialmente para a soberania dos Estados e, em virtude da frequente indisponibilidade para muitos deles, a água potável tem sido chamada de “ouro azul”. O grande aumento populacional do mundo e o desenvolvimento da agricultura e dos processos industriais de forma excessiva e desenfreada para acompanhar esse crescimento têm incrementado a demanda pelos recursos hídricos, contribuindo para a sua escassez em diversas regiões do planeta. Uma parte expressiva das fontes e das reservas mundiais de água potável é compartilhada por dois ou mais Estados, o que, não raro, torna-se razão de disputa, originando conflitos.

Neste trabalho, propõe-se uma análise do tema recursos hídricos na geopolítica dos Estados, especificamente, se a busca pelos elementos do poder nacional, dentro da ótica realista de Morgenthau, é identificada e motiva os conflitos sino-indianos por tais recursos, nas suas fronteiras comuns. E, ainda inseridos nesse contexto, pretende-se examinar se há uma correlação entre a diplomacia triangular de Nixon, conforme descrita por Kissinger, e a relação sino-indo-paquistanesa. Será, então, avaliada a hipótese de que os conflitos hídricos entre a Índia e a China beneficiaram o Estado paquistanês no desenvolvimento do seu arsenal nuclear, com auxílio da China, entre as décadas de 1960 e 1990. O desenho de pesquisa que será utilizado é o método da comparação entre a teoria e a realidade, buscando-se verificar a aderência entre as teorias realistas apresentadas e o caso em questão.

No capítulo 2, será feita uma análise de todo o referencial teórico que embasa este trabalho, iniciando pelos elementos do poder nacional, identificados por Morgenthau, quando intenciona-se ressaltar a importância da água como um recurso natural essencial para a sobrevivência dos Estados. Em seguida, serão abordadas as origens e o funcionamento da diplomacia triangular de Nixon, descrita por Kissinger, com a formação do triângulo



estratégico sino-soviético-estadunidense.

No terceiro capítulo, pretende-se analisar a importância da água para a humanidade e os problemas causados pela sua escassez, além de tratar dos recursos hídricos como um motivador de conflitos entre Estados e explicar como se deu a hegemonia hídrica da China, abordando, em seguida, os conflitos hídricos sino-indianos. No capítulo quatro, será abordado, especificamente, o relacionamento entre a Índia e o Paquistão, além da origem e das motivações relacionadas ao arsenal nuclear paquistanês.

Já no capítulo seguinte, procura-se analisar como a China, a Índia e o Paquistão, na tentativa constante de aumentar seu poder, têm buscado a posse de recursos naturais, em especial, a água, como um importante elemento do poder nacional, e como as relações entre eles é influenciada por tal comportamento. Será correlacionada a diplomacia triangular de Nixon, com a relação sino-indo-paquistanesa, mostrando a aproximação da China com o Paquistão, como consequência dos conflitos hídricos entre a China e a Índia. E, por fim, será associado o desenvolvimento do arsenal nuclear paquistanês aos auxílios prestados pelo Estado chinês ao Paquistão, em função dos conflitos mencionados. Teria o Estado paquistanês se beneficiado dos conflitos por recursos hídricos entre a China e a Índia para o desenvolvimento do seu arsenal nuclear? Ao se concluírem as análises, pretende-se responder a essa pergunta, com base nos assuntos abordados, confirmando ou não a hipótese apresentada.

## 2 ASPECTOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As teorias das Relações Internacionais são usadas como ferramentas para a compreensão das ações humanas entre os Estados, no meio internacional, a partir de suas bases teóricas e conceituais. Dentre elas, será abordado, neste trabalho, o Realismo.

No presente capítulo, partindo de alguns conceitos da abordagem realista, comenta-se sobre os elementos do poder nacional de Morgenthau, identificando, dentre os recursos naturais, a água como um elemento de poder essencial para a sobrevivência dos Estados. E, por fim, descreve-se a dinâmica da diplomacia triangular de Nixon e Kissinger.

### 2.1 SOB A ÓTICA REALISTA

No campo internacional, não existe um governo mundial para reger a relação entre os Estados. Sendo assim, para os realistas, o sistema internacional é essencialmente anárquico. Segundo Sardenberg (2003), isso não significa caos ou ausência completa de ordem mundial, mas a falta de uma governança política ou de uma ordenação hierárquica internacional, com base na autoridade e na subordinação formal.

Para Griffiths (2005), a distribuição do poder entre os Estados é a base para se compreender como se estabelecem as relações internacionais. Embora haja uma igualdade legal e formal entre os Estados, a distribuição desigual de poder mostra que existe uma política de poder nas relações entre eles. A mensuração do poder é complexa e sua distribuição entre os Estados se altera com o tempo. Sendo assim, as relações internacionais são inevitáveis, com os Estados em busca do poder para que possam sobreviver num mundo essencialmente competitivo. Para os realistas, o equilíbrio de poder entre os Estados impede que haja uma mudança fundamental na dinâmica do sistema internacional.

Serão abordados, a seguir, dentro das perspectivas realistas, conceitos explorados neste trabalho, principalmente, os desenvolvidos por Hans Mongenthau e Henry Kissinger.

### 2.1.1 A água como um elemento do poder nacional de Morgenthau

Para Griffiths (2005), Hans Morgenthau (1904-1980), conhecido como “O Papa” das Relações Internacionais, é um dos precursores do realismo político. Nascido na Alemanha, estudou nas universidades de Frankfurt e Munique, na década de 1920, especializando-se em direito e diplomacia. Por ser judeu, refugiou-se nos Estados Unidos da América<sup>1</sup>, em 1937, quando Hitler consolidou o seu poder na Alemanha. Estudioso do sistema internacional, afirmou que os Estados atuavam segundo seus interesses nacionais, salvaguardando sua soberania. Além disso, Morgenthau desenvolveu uma teoria compreensível da política do poder, sobre os princípios realistas da natureza humana, o equilíbrio do poder e o papel da ética na política exterior e, assim, tentou influenciar os dirigentes dos Estados Unidos da América na condução de sua política externa, no sistema internacional, como um poder grande e ativo.

Como teórico, Morgenthau destacou-se após a publicação do seu primeiro livro, *Scientific man versus power politics* (1946), em que é feita uma exposição mais sistemática da filosofia realista. Para ele, a teoria internacional tem a função de descobrir as circunstâncias que fazem com que os Estados busquem a paz ou entrem em guerra e, a partir de uma análise histórica, verificar se há algum padrão de continuidade e transformação (GRIFFITHS, 2005).

No livro *Política entre as Nações*, Morgenthau emprega os princípios realistas e demonstra a importância do poder nas relações políticas internacionais. A partir de reflexões sobre o poder nacional<sup>2</sup>, ele descreve os elementos para o incremento desse poder e aponta as suas limitações, enfocando na balança de poder e nas relações de equilíbrio de poder.

Todo Estado precisa de poder que, na visão de Morgenthau, é a capacidade de influenciar o comportamento de outros de acordo com os seus interesses e objetivos,

---

<sup>1</sup> Estados Unidos da América (EUA).

<sup>2</sup> O poder nacional é definido como o somatório de todos os recursos disponíveis a uma nação na busca de seus objetivos nacionais (ESTADOS UNIDOS, 2010).

independente se ele é legítimo ou imoral. Como uma maneira desenvolver estratégias de defesa e ataque, por muito tempo, tentou-se medir o poder dos Estados. Inicialmente, considerava-se o poderio militar como a forma mais óbvia de se medir a força de um Estado, porém, Morgenthau alertou que isto não é tão simples como parece. Ele afirmou que considerar um único fator para indicar o poder de um Estado é um enorme equívoco, pois o poder é multifacetado. Sendo assim, ao tratar do poder nacional, Morgenthau expõe quais são os pré-requisitos para se alcançá-lo, por meio da enumeração de elementos necessários para tal. Os Estados que melhor fomentarem esses elementos possuirão melhores possibilidades de atingirem o nível de superpotência. Para ele, existem dois grupos de elementos do poder nacional: os relativamente estáveis e os sujeitos a constantes mudanças. Partindo dos mais estáveis até os mais variáveis, são enumerados: a geografia, os recursos naturais, a capacidade industrial, o estado de preparação militar, a população, o caráter nacional, o moral nacional, a qualidade da diplomacia e a qualidade do governo. Tais aspectos podem ser determinantes na influência de um Estado sobre outros e sobre o sistema como um todo (QUERO, 2015).

Para esta pesquisa, serão considerados, especificamente, os recursos naturais, que constituem um fator relativamente estável e que exercem uma influência importante sobre o poder de um Estado, principalmente quando este é confrontado com outros atores estatais.

Morgenthau (2003) inicia pelo mais básico desses recursos, os alimentos, e afirma que um Estado que seja autossuficiente em comida leva uma enorme vantagem inicial sobre qualquer outro que necessite importar os alimentos que não produz. Ele aponta o Reino Unido que, antes da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), só produzia em torno de 30% dos alimentos consumidos nas Ilhas Britânicas e que, em virtude disso, dependia de manter as rotas marítimas abertas ao tráfego para que pudesse receber os suprimentos de comida. Durante os dois conflitos mundiais, nas ocasiões em que essa capacidade de importar os alimentos vitais esteve ameaçada, seu poder e sua sobrevivência como Estado soberano

ficaram em risco.

Por um motivo semelhante, Morgenthau (2003) também lembra da Alemanha. Apesar de ter uma deficiência de alimentos em um nível muito menor do que o Reino Unido, para sustentar uma guerra, o Estado alemão normalmente tinha três objetivos principais: procurar obter de uma vitória rápida, antes do esgotamento de suas reservas de alimentos, evitando guerras de longa duração; dominar áreas de grande produção de alimentos da Europa Oriental; e destruir as forças navais britânicas, que o impediam de receber alimentos vindos de fontes ultramarinas. A Alemanha conseguiu alcançar somente o segundo objetivo, durante as duas guerras mundiais<sup>3</sup>, sendo que, na Primeira Guerra Mundial, essa meta foi alcançada tarde demais para ter um efeito decisivo. Assim, o bloqueio imposto pelos aliados levou privações aos alemães e foi um fator decisivo para a vitória dos aliados<sup>4</sup>.

Portanto, tem sido um permanente fator de fraqueza, tanto para o Reino Unido quanto para a Alemanha, a sua carência de alimentos produzidos internamente. Esses dois Estados sempre precisaram vencer essa debilidade para que mantivessem sua condição de grande potência. Por outro lado, os Estados que possuem a autossuficiência não precisam desviar suas energias nacionais e políticas externas de seus objetivos primários para garantir o abastecimento de alimentos às suas populações e, assim, suas preocupações podem se concentrar em objetivos políticos mais rigorosos e determinados. É por tal motivo que a autossuficiência em alimentos constitui uma fonte de grande poder e a escassez de comida é um fator de fraqueza no campo da política internacional (MORGENTHAU, 2003).

Morgenthau (2003) também cita, como exemplo, o Estado indiano, que vivia uma escassez de alimentos, antes que a chamada “revolução verde”<sup>5</sup> aumentasse o seu suprimento

---

<sup>3</sup> Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

<sup>4</sup> Os Aliados, na Primeira Guerra Mundial, também chamados de Entente (inicialmente, França, Rússia e Grã-Bretanha), foram os Estados que lutaram contra os Impérios Centrais (Império Alemão, o Império Austro-Húngaro e o Império Otomano) nesse conflito armado internacional. Outros Estados (como os Estados Unidos, a Itália, Portugal e o Brasil) uniram-se aos aliados ao longo da guerra (BRITANNICA, 2018).

<sup>5</sup> A revolução verde da Índia ocorreu na década de 1960, tornando-a autossuficiente na produção de alimentos com a introdução de sementes híbridas, fertilizantes e técnicas de irrigação (BRITANNICA, 2018).

de víveres. Na Índia, o problema resultava de dois fatores: a taxa de crescimento populacional bem maior que a do acréscimo de alimentos, e a insuficiência de exportações para pagar a compra de comida necessária para cobrir essa deficiência. Assim, em virtude desse duplo desequilíbrio, a ameaça da fome em massa era uma preocupação constante do governo indiano e constituía um enorme obstáculo para sua política externa. Apesar de possuir outros recursos de poder nacional, as deficiências de alimentos obrigavam a Índia a adotar uma posição mais de fraqueza do que de força na sua política externa.

Para Morgenthau (2003), a autossuficiência ou a carência de alimentos constitui um elemento relativamente estável na formação do poder nacional, apesar de, em alguns casos, estar sujeito a mudanças decisivas, como o exemplo da Índia com a revolução verde. O desaparecimento do Oriente Próximo e do Norte da África como importantes centros de poder também mostram a influência das mudanças na produção agrícola sobre o poder nacional.

Os sistemas agrícolas do Oriente Próximo e do Norte da África eram todos baseados na irrigação. Embora seja difícil provar que o declínio no poder nacional da Babilônia, do Egito e dos Árabes foi concomitante com a desorganização de seus respectivos processos de irrigação, é possível dizer, com certeza, que a queda de seus sistemas de agricultura tornou inevitável o declínio de seu poder nacional porque, de fato, o desaparecimento do sistema de irrigação regulada transformou em deserto a maior parte da terra arável dessas regiões. Foi somente no Egito que a irrigação natural das águas do Nilo preservou um certo grau de fertilidade, mesmo depois que a irrigação artificial se desmantelou (MORGENTHAU, 2003, p. 222).

Assim, para um Estado possuir os recursos naturais como elemento do poder nacional, mais especificamente, a autossuficiência em alimentos produzidos em seu território, este Estado deve contar com fontes de água que sustentem uma produção agrícola e uma pecuária proporcionais às necessidades de sua população. A disponibilidade hídrica ainda garante ao Estado que a possui a possibilidade de um desenvolvimento industrial, além de potenciais fontes de energia, reforçando ainda mais o seu poder. A autonomia em recursos hídricos constitui, pois, um poder que todo Estado busca. Sua carência ou questões envolvendo tais recursos entre Estados vizinhos têm gerado disputas que, por vezes, evoluem para conflitos. Portanto, cada vez mais, a água tem se constituído um recurso estratégico

indispensável e um elemento do poder nacional fundamental para a geopolítica dos Estados.

### 2.1.2 A diplomacia triangular de Nixon identificada por Kissinger

Henry Kissinger foi Secretário de Estado dos Estados Unidos, entre 1973 e 1977, além de Conselheiro de Segurança Nacional do presidente Richard Nixon, ao fim da década de 1960. Nessas oportunidades, Kissinger elaborou a política da *détente*<sup>6</sup> e da abertura à China, além de ter implementado uma nova abordagem “realista” para a condução dos negócios exteriores (GRIFFITHS, 2005). Nascido em Fuerth, na Alemanha, em 27 de maio de 1923, Kissinger e sua família chegaram aos Estados Unidos, em 1938, fugindo da perseguição nazista contra os judeus, assim como Morgenthau.

Segundo Griffiths (2005), Kissinger tentou reformular a visão tradicional estadunidense do mundo, ao abordar a teoria e a prática da diplomacia e da política exterior, baseada na *realpolitik*<sup>7</sup>. São consideradas duas concepções centrais: a ideia de Razão de Estado<sup>8</sup> e a crença de que é dever do estadista manipular o equilíbrio do poder para manter a ordem internacional na qual nenhum Estado possa dominar os outros. Kissinger, que foi influenciado pela tradição realista de Max Weber<sup>9</sup>, tendo muito em comum com Morgenthau e Kennan<sup>10</sup>, concorda que as relações internacionais ocorrem numa arena sem que exista uma autoridade central que possa arbitrar os valores e os conflitos de interesses entre os Estados.

No fim da década de 1950, Kissinger anteviu a possibilidade de um confronto

<sup>6</sup> Palavra francesa que significa distensão ou relaxamento e se refere ao período de flexibilização das tensões da Guerra Fria entre os EUA e a ex-União Soviética, de 1967 a 1979 (BRITANNICA, 2018).

<sup>7</sup> Termo de origem alemã (*real*, “realístico”, e *politik*, “política”) que se refere à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas. Kissinger (1994) conceitua *realpolitik* como sendo “política exterior baseada em avaliações de poder e interesse nacional”.

<sup>8</sup> Para Bobbio et al. (2004), Razão de Estado é a exigência de segurança do Estado, que impõe aos governantes determinados modos de atuar para garanti-la, sendo obrigados a violar normas jurídicas, morais, políticas e econômicas que consideram imperativas quando essa necessidade não corre perigo. Seu conceito foi desenvolvido entre os séculos XVI e XVII. A primeira menção do termo data da publicação de “*Della ragion di Stato*”, 1589, de Giovanni Botero (1544 – 1617), cardeal e pensador político italiano.

<sup>9</sup> Karl Emil Maximilian Weber (1864 – 1920) foi um intelectual realista, jurista e economista político alemão considerado um dos fundadores da Sociologia (BRITANNICA, 2018).

<sup>10</sup> George Frost Kennan (1905 – 2005) foi um diplomata, cientista político e historiador norte-americano, sendo uma figura central na emergência da Guerra Fria (BRITANNICA, 2018).

perigoso de Guerra Fria<sup>11</sup> entre as duas superpotências e, para ele, na fase turbulenta da década de 1960, havia um duplo desafio. O primeiro seria livrar os EUA da Guerra do Vietnã<sup>12</sup> sem que a sua credibilidade como superpotência fosse prejudicada perante seus aliados e seus inimigos. O segundo seria melhorar suas relações com a ex-União Soviética<sup>13</sup>, a fim de que esta não tentasse se aproveitar de uma eventual fraqueza estadunidense, e também para que ambas as superpotências criassem regras que limitassem a competição entre elas. Como parte desta estratégia global, estava a abertura dos EUA à China (GRIFFITHS, 2005).

Kissinger dedicou grande parte do seu último livro, *Diplomacy* (1994), à prática do estadismo realista, e refletiu sobre os desafios dos Estados Unidos da América na fase pós-Guerra Fria. Para Araújo (2010), se a *détente* com a ex-URSS foi uma condição essencial para a estratégia multipolar de Nixon e Kissinger, a criação do triângulo estratégico entre Washington, Moscou e Pequim, com aproximação sino-estadunidense, foi a sua manifestação mais clara.

Segundo Kissinger (1994), a ruptura do bloco comunista, particularmente entre a China e a então URSS, impediu que Moscou chefiasse um movimento comunista unitário e criou oportunidades à diplomacia estadunidense. Então, tornou-se possível uma nova flexibilidade diplomática. Nesse contexto, Nixon tomou para si a tarefa de definir qual seria o papel dos Estados Unidos, até então idealistas, num ambiente internacional cada vez mais

---

<sup>11</sup> Foi um conflito de ordem política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica entre os EUA e a URSS, no período do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até a extinção da URSS (1991), tendo sido uma rivalidade aberta, mas restrita (BRITANNICA, 2018).

<sup>12</sup> A Guerra do Vietnã (1954 – 1975) foi um conflito prolongado que colocou o governo comunista do Vietnã do Norte e seus aliados no Vietnã do Sul (os vietcongues) contra o governo do Vietnã do Sul e seu principal aliado, os Estados Unidos da América. Chamada de “Guerra Americana” no Vietnã (ou, “Guerra contra os Americanos para Salvar a Nação”), a guerra também foi parte de um conflito maior (as Guerras da Indochina) e uma manifestação da Guerra Fria entre os EUA e a ex-URSS e seus respectivos aliados (BRITANNICA, 2018).

<sup>13</sup> A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ou, simplesmente, União Soviética, foi um Estado socialista, localizado na Eurásia, que existiu entre 1922 e 1991. Uma união de diversas repúblicas soviéticas subnacionais, a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas era governada por um regime unipartidário altamente centralizado comandado pelo Partido Comunista e tinha como sua capital a cidade de Moscou (BRITANNICA, 2018). Doravante, neste trabalho, esse ator Estatal será tratado apenas por ex-União Soviética ou ex-URSS.



complexo. Na sua opinião, o wilsonismo<sup>14</sup> e a *realpolitik* se fundiriam.

A sinergia entre Nixon e Kissinger viabilizou uma nova estratégia. Para Kissinger (1994), os Estados Unidos da América haviam sido empurrados para um envolvimento global em virtude do conflito com a ex-União Soviética e, à luz do trauma do Vietnã, surgiu a necessidade de se reconsiderar a estratégia desse conflito. Então, Nixon buscou estabelecer o interesse nacional como critério da política externa estadunidense de longo prazo. Para tal, utilizou-se de um importante veículo: o relatório anual de política externa do presidente<sup>15</sup>.

Na condução de sua política externa, visando à *détente*, Nixon se aproveitou do antagonismo sino-soviético para tentar se aproximar da China que, até então, mantinha-se isolada dos assuntos internacionais. Esta aproximação entre Washington e Pequim resultou em conquistas diplomáticas nas relações com a União soviética, que passou a se comportar de forma mais receptiva a uma redução das tensões. Nixon acreditava que havia uma possível confluência de interesses no abrandamento das tensões entre as duas superpotências nucleares. Os EUA precisavam de se libertar do Vietnã e estabelecer uma nova política para depois desta guerra. Já a URSS tinha motivos ainda mais fortes para buscar uma trégua, pois ela estava confrontada por tensões em duas frentes separadas por milhares de quilômetros. Tudo indicava que a URSS podia estar preparada para explorar soluções políticas em conjunto com os EUA, principalmente se fosse bem-sucedido o processo de reaproximação com a China, uma das pedras angulares da estratégia de Nixon (KISSINGER, 1994).

Uma vez que a União Soviética não podia mais contar com a hostilidade permanente entre as nações mais fortes e populosas do mundo – e ainda mais se se compreendesse que ambas tinham começado a cooperar –, o escopo da intransigência soviética diminuiria e talvez desaparecesse. Os líderes soviéticos teriam de alterar as jogadas, porque uma postura ameaçadora poderia intensificar a

<sup>14</sup> O termo wilsonismo ou idealismo wilsoniano surgiu logo após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a partir da ideologia do presidente americano Woodrow Wilson e seus famosos 14 Pontos que, se fossem aplicados, levariam à paz mundial. Era uma corrente de pensamento que levava os EUA a acreditarem que tinham um compromisso com o resto do mundo de manter a paz (excepcionalismo americano), o que justificava um internacionalismo e impedia seu isolamento (BRITANNICA, 2018).

<sup>15</sup> Estes relatórios foram esboçados por Kissinger e refletiam as ideias do presidente, sendo emitidos em nome deste, a partir de 1970. Eles tinham como tema básico a ideia de que a política externa americana da era Nixon seria orientada para uma análise do interesse nacional e que os EUA só se envolveriam por razões políticas e não pela interpretação de princípios legais (KISSINGER, 1994).

cooperação sino-estadunidense. Nas condições do fim da década de 1960, a melhoria das relações sino-estadunidenses tornou-se a chave da estratégia soviética da Administração Nixon (KISSINGER, 1994, p. 719, tradução do autor).<sup>16</sup>

No diálogo sino-estadunidense existente, cada um dos lados ressaltava os seus pontos de interesse. Nixon decidiu abandonar todas as questões envolvidas e resolveu investir na questão mais ampla da atitude da China perante um diálogo com os Estados Unidos da América. Foi colocada como prioridade a determinação do âmbito do nascente triângulo sino-soviético-estadunidense. Sendo assim, todas as questões práticas seriam solucionadas em consequência da reaproximação entre a China e os EUA, em lugar de induzirem a ela (KISSINGER, 1994).

Após traçarem a estratégia da transformação de um mundo de bipolarizado em um triângulo estratégico, para demonstrarem a sua mudança de atitude, os EUA anunciaram, em julho de 1969, algumas iniciativas unilaterais em favor dos chineses. Os EUA deixaram de proibir que os seus cidadãos viajassem para a República Popular da China, os estadunidenses foram autorizados a entrar nos EUA com bens fabricados na China no valor de até 100 dólares e foram autorizados carregamentos de cereais, em número limitado, para a China. Tais medidas, por mais simples que fossem, tinham o objetivo de manifestar a nova abordagem estadunidense. Além disso, os EUA disseram que facilitariam a comunicação, de modo que a China comunista exercesse um papel significativo nos assuntos referentes à Ásia e ao Pacífico, se os dirigentes chineses largassem a sua postura introspectiva, e afirmaram que as iniciativas unilaterais adotadas pelos EUA no campo econômico foram tomadas para que os chineses se recordassem da amizade histórica entre os dois Estados (KISSINGER, 1994).

Conforme relata Kissinger (1994), em 1º de abril de 1969, Lin Biao<sup>17</sup>, Ministro da

---

<sup>16</sup> No original: “Once the Soviet Union could no longer count on permanent hostility between the world’s most powerful and most populous nations – even more so if the two were actually perceived as having started cooperate – the scope for Soviet intransigence would narrow and perhaps evaporate. Soviet leaders would have to hedge their bets because a threatening posture might intensify Sino-American cooperation. In the conditions of the late 1960s, improved Sino-American relations became a key to the Nixon Administration’s Soviet strategy.”

<sup>17</sup> Lin Biao (1907-1971) foi um comandante militar comunista chinês e líder político que chegou a ocupar a segunda posição na liderança comunista chinesa (BRITANNICA, 2018).

Defesa chinês, deixou de designar os Estados Unidos da América como principal inimigo da China, o que, até então, era padronizado, e classificou a ex-União Soviética como uma ameaça similar. Finalmente, foi satisfeita a condição prévia fundamental da diplomacia triangular de Nixon.

Em dezembro de 1969, os contatos diplomáticos entre os EUA e a China foram retomados, quando se encontraram na embaixada chinesa em Varsóvia o embaixador estadunidense e o encarregado de negócios chinês. E o rápido andamento das conversações levou à visita secreta de Kissinger a Pequim, em julho de 1971, quando encontrou um grupo de interlocutores chineses muito receptivos ao estilo da diplomacia de Nixon. Eles consideravam, assim como Nixon, que a agenda tradicional não era tão importante quanto a possibilidade de uma cooperação com base em interesses convergentes (KISSINGER, 1994).

Nixon tornou-se o primeiro presidente dos EUA a visitar a China, em fevereiro de 1972. Os chineses focavam no estabelecimento da confiança e não estavam tão preocupados com detalhes. Com a finalidade de orientar as relações sino-estadunidenses para a década seguinte, Nixon assinou o Comunicado de Xangai. Apesar de mais da metade do documento declarar as opiniões conflitantes das duas partes com relação à ideologia e aos assuntos internacionais, os assuntos discordantes reforçavam ainda mais a importância dos assuntos em que as duas partes concordavam, que diziam que: a evolução das relações entre a China e os Estados Unidos da América era interessante a todos os Estados; ambos intencionavam que o risco de conflitos militares internacionais fosse reduzido; nenhum dos dois deveria buscar o domínio sobre a região da Ásia-Pacífico e ambos deveriam fazer frente aos esforços de qualquer outro Estado que ansiasse estabelecer tal hegemonia; e nenhum dos dois negociaria em nome de terceiros em acordos dirigidos contra outros Estados (KISSINGER, 1994).

No ano seguinte, em um novo comunicado, a China e os Estados Unidos da América acordaram em resistir conjuntamente à intenção de qualquer Estado de dominar o

mundo, tornando o entendimento sino-estadunidense ainda mais explícito e global. Em quase um ano e meio, as relações entre eles evoluíram de uma situação de hostilidade e isolamento para uma verdadeira e concreta aliança contra a ameaça iminente (KISSINGER, 1994).

Com o estreitamento das relações entre os EUA e a China, a ex-União Soviética passou a se preocupar com desafios em duas frentes – a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>18</sup> a ocidente e a China a oriente, o que foi determinante para que os soviéticos aceitassem uma distensão com os EUA, em vez de ficarem isolados. Isso também induziu a União Soviética a abafar crises existentes e não provocar novas convulsões (TISSOT, 2011).

De acordo com Kissinger (1994), Nixon havia sido avisado por peritos soviéticos de que melhores relações com a China estragariam as relações soviético-estadunidenses, mas ocorreu exatamente o contrário. Todas as conversações entre os EUA e a União Soviética melhoraram assim que os dirigentes soviéticos abdicaram das suas investidas em obterem concessões unilaterais dos estadunidenses. Assim, com a concretização dos êxitos da política externa de Nixon associada à redução dos riscos antes existentes, a abordagem de Nixon, com participação de Kissinger, tomou-se cada vez mais controversa, pois o modelo de diplomacia de Nixon era, de fato, a maneira mais realista de defender o idealismo dos Estados Unidos.

Destarte, pode-se depreender que a aproximação com a China, por meio da diplomacia triangular promovida por Nixon e endossada por Kissinger foi efetiva ao cumprir sua finalidade de distender as tensões com a União Soviética, facilitado a formação de um triângulo estratégico sino-soviético-estadunidense. Nesse processo de estreitamento de relações, o Estado chinês viu mitigada a ameaça de conflitos com a União Soviética, além de ter obtido diversas concessões unilaterais dos Estados Unidos da América. Concluímos, portanto, que a China se beneficiou da relação conflituosa existente entre os EUA e a URSS.

---

<sup>18</sup> Ou *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), em Inglês, é uma aliança militar intergovernamental que foi estabelecida pelo Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949. É um sistema de defesa coletiva por meio do qual os seus Estados-membros, em toda a América do Norte e Europa, concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa (BRITANNICA, 2018).

### 2.1.3 A diplomacia triangular nas questões hídricas: uma reflexão preliminar

Os Estados, em sua busca pelo poder, procuram garantir para si os elementos do poder nacional. Quanto aos recursos naturais, especialmente a água, o Estado que obtém suas fontes e reservas leva uma vantagem regional sobre os demais que não as possuem. Até mesmo se um Estado já for razoavelmente servido desses recursos, vê-se que, ainda assim, ele pode buscar incrementá-los, de modo a aumentar sua influência sobre os Estados vizinhos.

Com essa motivação de ampliar sua influência, por meio do acréscimo desse elemento do poder nacional, um Estado pode buscar estabelecer uma diplomacia triangular. Em uma região onde haja situações hidroconflitivas<sup>19</sup>, um Estado mais forte que tenha constantes questões de disputas por cursos d'água com um outro pode se aproximar de um terceiro, mais fraco, fazendo uma diplomacia triangular, de modo a distender as tensões existentes. Assim, o Estado mais forte aumenta sua área de influência, desestimulando o embate por parte do Estado rival. Normalmente, com a formação desse triângulo estratégico de relações, o terceiro Estado é beneficiado com a redução das tensões geopolíticas e, principalmente, em virtude da proteção que passa a receber do Estado mais forte. Em suma, observa-se que, quando a diplomacia triangular é empregada, um Estado mais fraco normalmente se beneficia de uma situação conflituosa existente entre outros dois.

---

<sup>19</sup> Situações hidroconflitivas são ocorrências caracterizadas por tensões geopolíticas causadas por disputas pelo domínio e pela utilização de fontes de recursos hídricos, principalmente quando se tratam de cursos d'água compartilhados por dois ou mais Estados (BARROS; AMIN, 2009).

### 3 OS RECURSOS HÍDRICOS COMO UM MOTIVADOR DE CONFLITOS

Ao se analisarem as intensas e, muitas vezes, turbulentas relações entre a China, a Índia e o Paquistão, incluindo as questões em torno dos recursos hídricos, cada vez mais escassos e mal distribuídos, observa-se como a água tem sido um tema cada vez mais central no jogo do poder nessa região.

Assim, neste capítulo, pretende-se mostrar a importância da água e como a sua escassez pode se tornar um grave problema, com reflexos econômicos, sociais, ambientais e políticos, inclusive motivando conflitos. Também serão abordadas a hegemonia hídrica regional chinesa e as disputas por água entre a China e a Índia.

#### 3.1 A IMPORTÂNCIA DA ÁGUA

Tamanha é a importância da água para a humanidade que as primeiras civilizações surgiram em torno dos rios. O acesso garantido a esses recursos hídricos, ajudando a iniciar a agricultura, permitiu que as antigas civilizações nômades passassem a ser sedentárias e bem desenvolvidas. Inicialmente, até o comércio dependia inteiramente de água para o transporte de mercadorias, sendo a água, também, catalisadora das primeiras interações interculturais. Além disso, a água impulsionou a revolução industrial, incluindo a máquina a vapor, a turbina hidráulica e as tecnologias de fabricação intensivas em água (CHELLANEY, 2013).

Desde a antiguidade, a posse da água já era essencial para manter o domínio de alguns agrupamentos humanos, principalmente onde ela não era abundante. A posse das fontes e reservas de água era também a posse do seu entorno e uma poderosa arma para dominar o território e defendê-lo contra os inimigos. Seu controle representa um meio essencial que tem como objetivo final tomar e assegurar o poder (SILVA, 2017).

Após a Segunda Guerra Mundial, quando as atuais instituições internacionais foram criadas, poucos previram os enormes desafios para as economias e para a segurança

que surgiriam com a escassez da água. Na época, havia a crença de que os recursos hídricos nunca acabariam, de tão abundantes que eram. No entanto, chegou ao fim, na maior parte do mundo, a era da água segura, barata e facilmente disponível, dando lugar a um período de crescentes restrições de oferta e qualidade, devido à rápida expansão econômica e demográfica do mundo e ao aumento dos níveis de consumo (CHELLANEY, 2013).

A água é essencial à vida e aos meios de subsistência e foi fundamental para o desenvolvimento da humanidade. A disponibilidade de água possibilita autonomia para sustentar o crescimento das várias atividades econômicas. Contudo, ela não é um recurso inesgotável. E, quando esse valioso recurso se torna restrito ou começa a faltar em alguma região do mundo, surgem problemas de ordem econômica, social e política, que, de algum modo, terão que ser mitigados.

### 3.2 O PROBLEMA DA ESCASSEZ DA ÁGUA

Para Chellaney (2013), a crescente falta de água doce, em grande parte do mundo, representa importantes desafios socioeconômicos e de segurança. O estresse hídrico e a escassez da água<sup>20</sup> devem se tornar mais difundidos e agudos. Quando a disponibilidade média de água doce diminui para menos de 2.000 metros cúbicos por habitante por ano, considerando toda a atividade econômica e o uso doméstico, a situação pode restringir o desenvolvimento socioeconômico e ameaçar a proteção ambiental. Ocorre que, nos últimos 100 anos, o consumo mundial de água aumentou em mais que o dobro da taxa de crescimento populacional, elevando o risco de escassez. É um grande perigo quando a escassez de água e a superpopulação coexistem em uma região. A China e a Índia, juntas, por exemplo, abrigam 37% da população global, mas têm que se contentar com somente 10,8% da água do mundo.

Um dos motivos da escassez hídrica é o esgotamento dos rios, que pode ser

---

<sup>20</sup> O estresse hídrico é, na verdade, um degrau para a escassez de água. O estresse hídrico é a disponibilidade de água per capita abaixo de 1.700 metros cúbicos por ano, enquanto a escassez de água significa disponibilidade anual abaixo de 1.000 metros cúbicos (CHELLANEY, 2013).

agravado com o aumento das quantidades de águas fluviais sendo redirecionadas para irrigação, produção de energia, mineração e manufatura. As restrições à qualidade e quantidade da água tendem a elevar os custos socioeconômicos e, ao mesmo tempo, estimulam os usuários a drenar a água da superfície e cavar poços ainda mais profundos. Se não houver medidas corretivas, o estresse hídrico agudo, pode causar importantes mudanças no estilo de vida e rupturas socioeconômicas (CHELLANEY, 2013).

Ter acesso à água, no entanto, não é uma questão de escolha. Todos precisam dela. O próprio fato de que ela não pode ser substituída por nada mais, faz da água um bem básico que não pode ser subordinado a um único princípio setorial de regulamentação, legitimação e valorização; ela se enquadra nos princípios do funcionamento da sociedade como um todo. Isso é precisamente aquilo que se chama de bem social, um bem comum, básico a qualquer comunidade humana (PETRELLA, 2002, p. 84).

Chellaney (2013) afirma que, somente com a segurança hídrica, pode-se ter segurança econômica, alimentar e ambiental, saúde pública, o bem-estar nacional, a paz regional e a estabilidade internacional. No entanto, com a superexploração dos recursos hídricos, muitas economias que se encontram em rápido crescimento já estão em condições de estresse hídrico ou perto delas, o que, agravado pela degradação e pelo esgotamento dos rios, lagos e aquíferos subterrâneos, ameaça desacelerar o crescimento econômico global e leva a uma perspectiva de possíveis de guerras motivadas pela água.

### 3.3 A ÁGUA COMO UM MOTIVADOR DE CONFLITOS ENTRE ESTADOS

A apropriação dos mananciais de água doce também foi essencial para o processo de soberania territorial de muitos Estados. Não por acaso, suas fronteiras são comumente marcadas por rios e lagos. Portanto, cada vez mais, os Estados necessitam dialogar sobre o consumo das águas que dividem as suas fronteiras (SILVA, 2017).

Quando os recursos hídricos não são de propriedade de um único Estado, eles devem ser compartilhados, o que pode ser um problema quando existe ameaça de escassez,



umentando os riscos de conflitos<sup>21</sup> violentos motivados pela água. É bastante comum que as bacias hidrográficas e os cursos de água atravessem as fronteiras políticas, tanto é que, no mundo, existem 276 bacias fluviais e lacustres transnacionais, estendendo-se aos territórios de 148 Estados e respondendo por três quintos de todos os fluxos fluviais do mundo. Além disso, pelo menos 274 bacias subterrâneas de água doce, com os fluxos de alguns sistemas aquíferos que são explorados de maneira compartilhada por vários Estados (CHELLANEY, 2013).

Para Chellaney (2013), a integridade de uma bacia está relacionada a parâmetros hidrológicos, topográficos, físicos e outros parâmetros naturais. A divisão política das bacias, além de dificultar o manejo mais prudente da água, acarreta riscos de conflitos motivados pelos recursos hídricos. Contudo, diversos fatores, como o peso econômico e militar relativo dos atores envolvidos e a existência de meios alternativos para superar a escassez de água, vão determinar se uma disputa evolui ou não para um conflito armado.

Além disso, as bacias hidrográficas compartilhadas têm um potencial para grandes conflitos econômicos, políticos e militares, quando é necessário definir quem é o dono do patrimônio hídrico. Sua posse vai influenciar diretamente no desenvolvimento econômico e na autonomia política dos Estados envolvidos e nenhum deles quer sair perdendo quando o assunto envolve influência econômica e soberania territorial (SILVA, 2017).

Na história moderna, não é tão comum uma guerra em que se lutou puramente pela água. Mas, nos conflitos armados, há muitos exemplos em que a água tem sido um imponente fator. Guerras também foram motivadas por produtos agrícolas específicos, como algodão, borracha e açúcar. Implicitamente, esses conflitos constituíram guerras pela água, pois essas *commodities* necessitam grandemente da água para serem produzidas e, portanto, são ricas em “água virtual”<sup>22</sup> (FIG. 1). E, quando questões mais profundas dividem Estados,

<sup>21</sup> O conflito consiste em um enfrentamento por choque intencional, entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam, uns em relação aos outros, uma intenção hostil, em geral, em relação a um direito, e que para manter, afirmar ou restabelecer o direito, tentam romper a resistência do outro, eventualmente recorrendo à violência, a qual pode, se for o caso, tender ao aniquilamento físico do outro (FREUND, 1995).

<sup>22</sup> “Água virtual” é a água doce usada nos processos de produção, embutida nos bens e serviços (CHELLANEY, 2013). É uma medida indireta dos recursos hídricos consumidos por um bem.

disputas pelos seus cursos de água comuns tendem a se tornar um catalisador para o confronto (CHELLANEY, 2013).

Ainda segundo Chellaney (2013), quando há disputas territoriais que se sobrepõem a disputas hídricas, a água é, geralmente, um motivador implícito, e não um instigador direto de conflitos. Os interesses pela água de uma ou ambas as partes podem, realmente, ajudar a manter viva a disputa territorial. No contexto internacional, a água pode ser tratada como um instrumento político ou de uso militar, um alvo de controle ou ataque, ou, ainda, ser ela mesma uma vítima de dano colateral alegado em um conflito armado. Recursos hídricos podem ser usados para atingir objetivos políticos ou militares contra um Estado rival<sup>23</sup>, inclusive transformando-os em uma arma, ou eles podem se tornar alvos de ações militares ou secretas. Quando os recursos hídricos viram alvo de disputas entre Estados, a paz e a segurança ficam ameaçadas e há um prejuízo na colaboração e na integração regionais, levando à competição desregrada e a tensões.

A luta pelos recursos hídricos, principalmente nas bacias hidrográficas internacionais, tem sido um importante aspecto a ser observado na política e na segurança de uma região, e é tratada como uma questão de segurança e defesa, regendo as relações entre os Estados envolvidos. A água é um recurso de poder, ainda mais quando é escassa em determinada região. Assim, a hidropolítica<sup>24</sup> passa a se destacar, num contexto de disputas por sistemas de água doce transfronteiriços, que se tornam fontes de conflitos geopolíticos.

Como afirma Chellaney (2013), para evitar as guerras pela água os Estados têm que buscar a cooperação baseada em regras, o compartilhamento de água, o fluxo de dados ininterrupto e mecanismos de solução de controvérsias. Apesar da grande quantidade de bacias transnacionais, infelizmente não há muitos tratados genuínos sobre o compartilhamento

---

<sup>23</sup> A palavra “rival” (ou “rivalidade”) vem do latim *rivus* (corrente ou riacho). Um rival, portanto, era alguém que, da margem oposta, usava a mesma fonte de água – daí a ideia de perigo ou ataque (PETRELLA, 2002).

<sup>24</sup> Termo utilizado para designar as dinâmicas multissetoriais, cooperativas ou conflitivas, oriundas das relações de interdependência que se estabelecem entre aqueles atores que, em alguma medida, impactam ou são impactados pelos usos de recursos hídricos compartilhados (QUEIROZ, 2012).

de água no mundo. Na verdade, a maioria das bacias transfronteiriças de rios, lagos e aquíferos não possui nenhum tratado para promover a cooperação entre Estados co-ribeirinhos, no aproveitamento e na gestão de recursos comuns.

[...] a água pode ser transformada em arma política, manejável sem qualquer recurso à força militar, mas capaz de manter um estado co-ribeirinho sob pressão sustentada. [...] A reorganização das fronteiras políticas como parte do processo de descolonização levou a várias disputas intratáveis de recursos hídricos e outros conflitos ainda infecciosos no mundo em desenvolvimento. As fronteiras políticas mudaram mesmo após a descolonização devido a conflitos internos ou regionais ou disfunção nacional, resultando em bacias mais divididas e mais disputas de água. A água continua a ser um importante impulsionador de várias disputas territoriais e problemas separatistas. É, portanto, a chave para resolver tais lutas e rivalidades políticas (CHELLANEY, 2013, p. xxii, tradução do autor).<sup>25</sup>

Para Chellaney (2013), guerras pela água podem ser travadas e ganhas por meios não militares, usando, por exemplo, obras de engenharia hídrica para alterar os fluxos transfronteiriços. Mas, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, nas oportunidades em que a força militar foi empregada por qualquer Estado para mudar o mapa regional da água, o plano foi concebido no mais alto nível político e o alvo era território onde havia cabeceiras. Uma amostra de uma região de nascentes e rica em água, que é atormentada por questões territoriais, é o Tibete. A experiência tem mostrado que a escassez hídrica ocorre em combinação com outras fontes de tensões – incluindo disputas territoriais, degradação ambiental, pobreza e instituições regionais fracas ou ausentes – o que, facilmente, aumenta o conflito.

Em um sentido político, diplomático ou econômico, guerras motivadas pela água já são uma realidade entre vizinhos ribeirinhos em várias regiões, alimentando um ciclo de recriminações amargas, acentuando os desafios hídricos e nutrindo a desconfiança que impede uma cooperação e integração regionais mais amplas. De fato, em uma guerra hídrica silenciosa, os rios, aquíferos e lagos transnacionais têm seus recursos apropriados pelo rival,

<sup>25</sup> No original: “[...] water can be fashioned into a political weapon, wieldable without any resort to military force yet able to keep a co-riparian state under sustained pressure. [...] The rejiggering of political frontiers as part of the process of decolonization led to a number of intractable water disputes and other still-festering conflicts in the developing world. Political boundaries have changed even after decolonization due to internal or regional conflicts or national dysfunction, resulting in more divided basins and more water disputes. Water remains a major driver of several territorial disputes and separatist problems. It thus holds the key to resolving such political feuds and fights.”

por meio de grandes obras de engenharia hídrica (CHELLANEY, 2013).

Conforme o pensamento de Chellaney (2013), dividir as águas é um jogo de soma zero<sup>26</sup>. É cada vez maior o risco de que batalhas ribeirinhas evoluam para conflitos armados, dada a extensão da crise hídrica que a humanidade enfrenta. O crescimento econômico, a estabilidade social e a paz são constantemente ameaçados pela grave escassez de água que assola algumas regiões do planeta. Estados mais fortes usam águas compartilhadas para exercer influência sobre seus vizinhos e, assim, garantir a influência regional. Nesse contexto, a água pode se tornar a próxima grande ameaça à segurança do mundo.

Assegurar uma parcela maior dos recursos hídricos compartilhados em uma região já se tornou um ponto crucial nas relações entre os Estados. Ocorre que há pouco incentivo para conservar ou proteger suprimentos de água para usuários além das fronteiras. Na Ásia, onde o crescimento econômico é o mais rápido do mundo, seguido pelo aumento nos gastos militares e por uma forte competição pelos recursos naturais, especialmente água e energia, surgiu uma grande preocupação geopolítica: a construção desenfreada de barragens. À medida que vizinhos ribeirinhos em várias regiões competem para se apropriar dos recursos de rios compartilhados, construindo represas, reservatórios, barragens, redes de irrigação e outras estruturas, as relações entre os Estados a montante e a jusante são caracterizadas por desconfiança e discórdia mútua (CHELLANEY, 2013).

Neste contexto, é uma tendência que uma supremacia hídrica seja criada, particularmente, quando um Estado militarmente mais forte domina a captação dos recursos hídricos em determinada região, controlando-os. Tal dominação, frequentemente, é acompanhada de algum nível de coerção aos Estados vizinhos, como tem feito a China.

De acordo com Chellaney (2013), os atuais rumos políticos relacionados aos acessos à água, em várias partes do mundo, são preocupantes: os Estados a montante têm desviado os recursos hídricos compartilhados com pouca preocupação com os interesses dos

---

<sup>26</sup> Num jogo de soma zero, para um ganhar, o outro precisa perder na exata proporção.

usuários a jusante. O maior símbolo da retenção de água é o represamento dos rios, que vem motivando a discórdia e as tensões entre os Estados co-ribeirinhos. Represas, reservatórios, barragens e estruturas de irrigação de um sistema fluvial podem causar a degradação do rio, levando à perda de vegetação ciliar e ao desaparecimento de cachoeiras, por exemplo, além de afetar a quantidade e a qualidade das águas a jusante.

O ponto principal é que os projetos de aproveitamento de recursos nos cursos de água internacionais não podem ser tratados apenas como uma questão de engenharia, devido às suas implicações políticas e socioeconômicas mais amplas. Com vistas a corrigir essa tendência, os Estados que dominam determinados recursos hídricos regionais deveriam realizar estudos de impactos econômicos, sociais e ambientais que suas obras de engenharia hídrica causariam aos Estados a jusante, antes de prosseguirem com o manejo dos cursos de água transnacionais. Tal medida teria um efeito de melhoria das relações políticas entre os Estados em questão, reduzindo as tensões e, conseqüentemente, os riscos de ocorrência dos conflitos motivados pela água.

No entanto, segundo Chellaney (2013), os Estados a montante têm utilizado represas, barragens e outras obras de engenharia hídrica para moldar a água como um instrumento político – uma arma que pode ser exercida abertamente em uma guerra ou sutilmente em tempo de paz. Isso serviria para sinalizar insatisfação com um Estado vizinho que poderia, efetivamente, perder o controle sobre uma fonte chave de abastecimento de água. No caso de o Estado ribeirinho não ter intenção de transformar a água em arma, é provável que este tenha influência significativa sobre um vizinho, por meio de uma capacidade latente de controlar os fluxos fluviais transfronteiriços. Tal influência funcionaria como uma alavanca que o Estado a montante poderia empregar, diplomaticamente, para manter um bom comportamento do Estado co-ribeirinho, inclusive para evitar que este conteste seus interesses regionais.

O domínio de um Estado ribeirinho insensível aos interesses das comunidades a jusante e às normas internacionais representa um desafio especial. Com o apoio de uma infraestrutura massiva de engenharia hídrica, a ascensão ribeirinha sem limites pode criar uma situação tensa e conflituosa, onde a alocação de água para os Estados co-ribeirinhos se torna uma função do plano político a montante. Porém, na situação em que o Estado ribeirinho a jusante for militarmente forte e altamente dependente do rio internacional cujos fluxos transfronteiriços estão ameaçados pelo manejo do Estado a montante, o conflito aberto pode tornar-se mais provável. Neste caso, o Estado a jusante poderia se sentir fortemente tentado a usar o seu poder militar para corrigir um erro percebido (CHELLANEY, 2013). Tal condição pode ser vista no caso da Índia, que é uma potência militar e depende de rios que fluem do território chinês.

#### 3.4 O ESTABELECIMENTO DA HEGEMONIA HÍDRICA DA CHINA

Para Chellaney (2013), a distribuição da água na Ásia mudou, fundamentalmente, após a vitória comunista de 1949, na China. Surgiu um Estado ribeirinho singular, com a absorção forçada pela China de extensos territórios étnicos minoritários, que passaram a compor mais da metade de sua massa. Quase a totalidade dos importantes rios internacionais da Ásia continental têm suas nascentes em territórios conquistados pela nova República Popular da China. Dentre as regiões anexadas, o Planalto Tibetano, por exemplo, além de ser o maior e mais alto planalto do mundo (FIG. 2). Ele também é o maior repositório de água doce, depois do Ártico e da Antártica, sendo por este motivo chamado de Terceiro Polo, mas com uma diferença a seu favor: enquanto a água das calotas polares está toda trancada, grande parte da água doce renovável no Planalto Tibetano é acessível e flui naturalmente para os cursos de água. É nele que nascem os maiores rios da Ásia, incluindo os mais importantes da China continental e do sul e sudeste da Ásia. Milhares de glaciares e nascentes de montanha

do Tibete e do Himalaia e que descem das terras altas tibetanas alimentam os dez grandes sistemas fluviais da Ásia e justificam o termo “torre de água” do continente, também usado para designar este planalto. Segundo o Ministério de Recursos Hídricos chinês, os numerosos lagos no planalto armazenam 608 bilhões de metros cúbicos de água doce.

Chellaney (2013) diz que, com a absorção à força do Planalto Tibetano e de Xinjiang, a China tornou-se a fonte de fluxos fluviais transfronteiriços para o maior número de Estados do mundo, construindo uma supremacia hídrica regional. Localizada no centro da Ásia, a China compartilha fronteiras terrestres com catorze Estados, dos quais treze são co-ribeirinhos. O grande temor dos seus vizinhos ribeirinhos é de que o Estado chinês ambicione transformar a água numa arma política, por meio da construção de uma extensa infraestrutura de engenharia hídrica em bacias internacionais a montante. A China, por sua vez, ao controlar a torneira de grande parte da água da Ásia, adquiriu grande influência sobre o comportamento de seus vizinhos em um continente que já sofre com a disponibilidade muito baixa de água doce. No entanto, o Estado chinês rejeita o conceito de compartilhamento de água ou de qualquer cooperação institucionalizada com os Estados a jusante. Consequentemente, a China não possui um único tratado de distribuição de água com nenhum Estado co-ribeirinho.

A China não é restringida por quaisquer considerações morais ou de vizinhança. Sua liderança é guiada por uma *realpolitik* implacável que considera apenas os interesses do Estado chinês. Observa-se que, quando há qualquer questão sobre os interesses chineses, especialmente em relação ao território e aos recursos, a fachada da boa vizinhança cai rapidamente, como no exemplo das contínuas disputas territoriais da China com a Índia (SAVIN, 2015).

### 3.5 A QUESTÃO HÍDRICA ENTRE A CHINA E A ÍNDIA

A China explora as deficiências e vulnerabilidades regionais da água, utilizando

sua hegemonia hídrica para influenciar os Estados co-ribeirinhos e, potencialmente, ser capaz de utilizar sua capacidade de regular o fluxo dos recursos hídricos compartilhados para manter um Estado rival a jusante constantemente ameaçado. Esta capacidade única de controlar os fluxos de água da Ásia proporciona ao Estado chinês um enorme poder político na região, mas mantém um estado de tensão sempre latente com seus rivais, como, por exemplo, a Índia.

Anbarasan (2017) relata que a história do relacionamento entre a China e a Índia é caracterizada por várias disputas territoriais, sendo periodicamente marcada por focos de conflito. Foram três os principais conflitos militares entre os dois Estados, ocorridos em 1962<sup>27</sup>, 1967<sup>28</sup> e 1987<sup>29</sup>. Apesar de terem conseguido restaurar e ampliar laços diplomáticos e econômicos, as duas potências asiáticas ainda mantêm uma relação complicada. Ainda persistem dois territórios em disputa<sup>30</sup>, ao longo da sua fronteira comum.

Em 1962, China e Índia travaram uma guerra de fronteira que humilhou a Índia e deixou um legado duradouro de amargura e suspeita. Ambos os Estados estão agora aumentando seus gastos militares e tentando modernizar suas forças armadas. A disputa de fronteira continua sem solução. A China alega que todo um estado indiano, Arunachal Pradesh, faz fronteira com o sul do Tibete e tem aproximadamente o tamanho de Portugal. A Índia alega que a China está ocupando 15.000 milhas quadradas do que é legitimamente a Índia – em Aksai Chin, um planalto quase desabitado no alto do Himalaia (EMMOTT, 2008, p. 3, tradução do autor).<sup>31</sup>

Para Chellaney (2013), as reivindicações territoriais também podem incentivar questionamentos relacionados à água e, assim, intensificar uma disputa por esse importante

<sup>27</sup> Em 1962, ocorreu um conflito de curta duração, pelo estado indiano de Arunachal Pradesh, disputa territorial que segue vigente (ANBARASAN, 2017).

<sup>28</sup> A região de Nathu La, que é utilizada por indianos que fazem peregrinações a localidades hindus e budistas no Tibete foi cenário, em setembro de 1967, de uma série de enfrentamentos militares entre os Estados, que deixou um número grande de vítimas dos dois lados (ANBARASAN, 2017).

<sup>29</sup> Por ter sido rápido e sem baixas, o conflito de 1987 foi chamado de “escaramuça sino-indiana”. Ocorreu no vale Sumdorong Chu, na região de Arunachal Pradesh (ANBARASAN, 2017).

<sup>30</sup> Um deles é a região de Aksai Chin, administrada pela China, na região da Caxemira, disputada por Índia e Paquistão. Em seus mapas, o governo do Paquistão mostra Aksai Chin como uma região na China e cataloga seus limites como “fronteira não definida”. Já a Índia diz que Aksai Chin está ilegalmente ocupada pela China. O outro é sobre parte de Arunachal Pradesh, localizada no noroeste da Índia. Por considerá-lo parte da região autônoma do Tibete, a China reivindica o controle sobre esse território (ANBARASAN, 2017).

<sup>31</sup> No original: “In 1962 China and India fought a border war that humiliated India and left an enduring legacy of bitterness and suspicion. Both countries are now increasing their military spending and trying to modernise their armed forces. The border dispute remains unresolved. China claims an entire Indian state, Arunachal Pradesh, which borders southern Tibet and is roughly the size of Portugal. India claims that China is occupying 15,000 square miles of what is rightfully India - in Aksai Chin, an almost uninhabited plateau high in the Himalayas.”



recurso. Como exemplo, a China ressuscitou, em 2006, uma antiga reivindicação pelo estado indiano de Arunachal Pradesh, no nordeste da Índia, na fronteira com o Tibete e a Birmânia, o que coincidiu com a observação dos ricos recursos hídricos dessa região (FIG. 3). A China aproveitou para anunciar a sua intenção de construir várias barragens no rio Brahmaputra, antes de sua entrada em Arunachal Pradesh. A reativação dessa demanda chinesa por Arunachal Pradesh levantou uma preocupação mais ampla de que o Estado chinês tinha intenção de reafirmar sua hegemonia hídrica, ostentando sua capacidade de controlar suas atividades de represamento, alegando necessidades internas, mesmo com efeitos a jusante. A reivindicação territorial, de forma mais ameaçadora, indicava que a China tinha o desejo de estender o seu controle sobre a outra região rica em água, o Planalto Tibetano.

De acordo com Chellaney (2013), também pode ser observada a interseção entre disputas territoriais e de água na Grande Bacia Himalaia, que possui as montanhas mais altas do mundo, além de milhares de geleiras e nascentes subterrâneas e alguns dos maiores sistemas fluviais. Em tal região existe a convergência de várias fronteiras internacionais, sendo três delas fortemente militarizadas: entre a China e a Índia, entre o Paquistão e a Índia, e entre o Paquistão e o Afeganistão. Também é na região do Himalaia que estão concentradas várias das novas represas, além de outros projetos de água do Tibete, Nepal, Tajiquistão, Paquistão, Índia, Butão, Birmânia e Laos, devido aos incrivelmente ricos recursos de água doce existentes, o que levanta preocupações políticas e ambientais. No entanto, pouca atenção tem sido dada aos lagos transfronteiriços específicos, zonas úmidas e glaciares que estão sob ameaça. O Pangong Tso<sup>32</sup>, e o Glaciar Siachin<sup>33</sup> já foram campos de batalha entre exércitos inimigos.

O Pangong Tso foi palco de batalhas sangrentas, durante a invasão chinesa na Índia em 1962, e continua sendo uma zona muito disputada. A China, no controle de dois

---

<sup>32</sup> Também chamado de Lago Lukung, possui 134 quilômetros de extensão e está situado a 4.350 metros de altitude.

<sup>33</sup> Situado a 6.300 metros de altitude.

terços desse lago endorreico<sup>34</sup>, procura testar a preparação da defesa indiana na área, enviando intermitentemente patrulhas armadas, que atravessam a linha de controle, inclusive por barco a motor. Em 1999, enquanto as forças indianas estavam repelindo uma grande invasão militar paquistanesa na cidade de Kargil<sup>35</sup>, as tropas chinesas aproveitaram para construir uma trilha permanente de cinco quilômetros em território administrado pelos indianos ao longo do lago, localizado no flanco oposto da fronteira (CHELLANEY, 2013).

---

<sup>34</sup> Na Geografia, termo usado para se referir a uma bacia ou um lago em que há escoamento para um ambiente fechado; que não tem saída para o mar (PRIBERAM, 2018).

<sup>35</sup> Situada na região budista de Ladakh, no estado indiano de Jammu e Caxemira.

## 4 PAQUISTÃO: RELAÇÕES REGIONAIS E ARMAMENTO NUCLEAR

O triângulo sino-indo-paquistanês possui relações marcadas por grande instabilidade, sendo foco constante de conflitos geopolíticos causados por disputas territoriais. Tais disputas, com frequência, mantêm relações com as fontes dos recursos hídricos, sendo os conflitos acentuados com a ameaça de escassez da água na região. Em função de uma rivalidade histórica com a Índia, comum ao Paquistão e à China, a relação sino-paquistanesa é marcada por um certo relacionamento cooperativo. Sendo assim, a seguir, com base em fatos, serão analisados aspectos dessas relações, além das motivações levaram o Paquistão a desenvolver o seu armamento nuclear e os auxílios que tornaram tal feito possível.

### 4.1 O RELACIONAMENTO ENTRE A ÍNDIA E O PAQUISTÃO

Chellaney (2013) lembra que as disputas pelas águas dos vários rios do sistema Indo surgiram quase imediatamente depois que o Paquistão foi retirado da Índia como um Estado independente, em 1947. Na verdade, a fronteira Índia-Paquistão foi traçada, às pressas, no mapa da Índia britânica, pelo advogado inglês Cyril Radcliffe. A partição deixou a maior parte da Bacia do Indo no Estado recém-criado, mas as cabeceiras e principais regiões de captação ficaram na Índia. As novas fronteiras políticas dividiam as bacias de todos os rios do sistema do Indo – o Beás, o Chenab, o Jhelum, o Ravi, o Sutlej e o Indo, sendo os dois últimos originários do Tibete, mas com a maior parte de seus cursos d'água na Índia (FIG. 4).

Em 1965, foi travada a guerra Paquistão-Índia, cinco anos depois de o Tratado Bilateral de Água<sup>36</sup> ter generosamente reservado os três maiores dos seis rios transnacionais para uso paquistanês, deixando a Índia, a montante, com apenas um quinto das águas totais da

---

<sup>36</sup> Chamado de Tratado de Água do Indo, em Inglês, Indus Water Treaty (IWT), foi assinado em 1960, nove anos após o início da mediação do litígio acerca do rio Indo e seu uso pelo Banco Mundial. O IWT regulava o compartilhamento das águas da Bacia do Rio Indo e fazia a divisão entre os rios que ficariam sob os controles respectivos da Índia e do Paquistão. Além disso, o Tratado estabeleceu a criação de uma Comissão Permanente, para que possíveis desentendimentos pudessem ser resolvidos de forma pacífica (OLIVEIRA, 2017).

Bacia do Indo. A Índia esforçou-se para promover a paz com o Paquistão, negociando recursos hídricos, quando a relação China-Índia estava abalada, após a concessão de asilo ao Dalai Lama<sup>37</sup>, pela Índia, em 1959. Contudo, o tratado de 1960 apenas estimulou o desejo do Paquistão de obter o controle da terra por sobre a qual os três maiores rios reservados para o uso paquistanês fluem. A segurança da água passou a significar controle territorial, com o então governante militar do Paquistão afirmando que ganhar o controle sobre o estado indiano de Jammu e Caxemira<sup>38</sup> tinha se tornado crucial para a segurança nacional do Paquistão. Apesar de apenas um dos três rios<sup>39</sup> reservados para uso paquistanês se iniciar na parte indiana de Jammu e Caxemira, o Paquistão ansiava por controlar essa região indiana, pois é lá que os três rios têm suas maiores porções d'água. A água, portanto, foi uma instigadora chave no ataque abortado de 1965, chamado de “Operação Gibraltar”<sup>40</sup>, para conquistar o território de Jammu e Caxemira, da Índia (CHELLANEY, 2013).

Para Chellaney (2013), a relação entre a Índia e o Paquistão piorou ainda mais após a construção, pela China, de grandes barragens e outros projetos estratégicos na Caxemira administrada pelo Paquistão, incluindo a linha de cessar-fogo do Paquistão com a Índia, uma área internacionalmente disputada (FIG. 5). Além disso, os chineses construíram represas nos dois rios do sistema Indo que se originam no Tibete, o Sutlej e o principal rio Indo, além de outras atividades de represamento na China que podem alterar os padrões de escoamento dos recursos hídricos transfronteiriços da região (APÊNDICE A).

<sup>37</sup> Dalai Lama é o título dado aos líderes religiosos do budismo tibetano que, até 1959, eram também líderes políticos do Tibete. Quando a China ocupou o Tibete (em 1959), o Dalai Lama passou a ser o líder oficial do governo tibetano em exílio (na Índia) (BRITANNICA, 2018).

<sup>38</sup> Jammu e Caxemira é o estado mais setentrional da Índia.

<sup>39</sup> Os outros dois têm outras origens: um deles tem sua nascente no Tibete chinês, e outro, no estado indiano de Himachal Pradesh (CHELLANEY, 2013).

<sup>40</sup> A “Operação Gibraltar” foi detectada pela Índia em 5 de agosto de 1965. No entanto, só no início de setembro de 1965, o Paquistão declarou guerra aberta, intencionando tomar o controle da Caxemira indiana, numa época em que a Índia ainda se recuperava de sua derrota humilhante de 1962 para a China. A Índia sofria com uma discórdia política doméstica e com grande escassez de alimentos (CHELLANEY, 2013).

## 4.2 O DESENVOLVIMENTO DO ARMAMENTO NUCLEAR DO PAQUISTÃO

A situação de contínua tensão com a Índia em questões territoriais, muitas delas motivadas por problemas hídricos, levou o Paquistão a buscar as armas nucleares. Nesta seção, pretende-se mostrar como se deu a sucessão de acontecimentos que levaram à consumação de tão ambicioso projeto.

### 4.2.1 A origem e as motivações

O programa de desenvolvimento nuclear do Paquistão, em seus primeiros anos, começou explorando a energia nuclear de forma pacífica. O Estado paquistanês não iniciou seu programa nuclear imediatamente após a independência; em vez disso, levou vários anos para, finalmente, começar um programa de desenvolvimento nuclear com fins pacíficos. O principal anúncio público dos planos nucleares paquistaneses ocorreu em 1º de janeiro de 1955, em um discurso feito por Mohammad Ali<sup>41</sup>. Depois de apresentar uma série de decisões tomadas pelo governo sobre questões constitucionais e econômicas, ele declarou que, visando ao progresso e ao desenvolvimento do Paquistão em outras esferas, seu governo havia criado um Centro de Pesquisa Nuclear para explorar o urânio das montanhas paquistanesas e produzir energia atômica. Sendo assim, apesar de o Paquistão ter começado a usar, de forma pacífica, a tecnologia nuclear em 1953, seu governo só constituiu sua política nuclear em 1955, cerca de sete anos depois do programa nuclear da Índia (ALIFF; FOWSAR, 2016).

Os líderes políticos e militares do Paquistão sentiram-se fortemente obrigados a adquirir armas nucleares por causa das profundas percepções de fraqueza e fragilidade do Estado paquistanês. O Paquistão participa de uma competição de segurança com a Índia desde 1947, quando a divisão do subcontinente pelos britânicos originou os Estados independentes da Índia e do Paquistão. Durante as primeiras cinco décadas de independência, ambos os

---

<sup>41</sup> Mohammad Ali Bogra (1909 – 1963) foi Primeiro-Ministro do Paquistão, de 1953 a 1955 (BRITANNICA, 2018)

Estados foram relativamente pareados em capacidade militar e os confrontos militares indo-paquistaneses não mudaram fundamentalmente o *status quo* na Caxemira ou em outros lugares. A exceção foi a guerra do Paquistão, em 1971, com a Índia, que resultou na perda de metade de seu território<sup>42</sup> e na captura de 90.000 prisioneiros de guerra. Este conflito foi extremamente traumático para o Estado paquistanês (DALTON; KREPON, 2015). Dado que o Paquistão começou a desenvolver armas nucleares no ano seguinte, em 1972, esta derrota foi um impulso direto para o desenvolvimento de armamento nuclear pelo Paquistão. Assim, as armas nucleares passaram a ter um papel central na estratégia militar do Paquistão, que assumiu como objetivo deter a agressão militar da Índia (ALIFF; FOWSAR, 2016).

Para Aliff e Fowsar (2016), com uma força militar tão forte, a Índia se considera a gerente de segurança da região do sul da Ásia. O fato de a Índia buscar a dominação, desde a independência, incomoda muito o Estado paquistanês. Enquanto os demais vizinhos da Índia aceitam o seu domínio militar na região, o Paquistão não reconhece a sua superioridade. Assim, em sua política externa, o Paquistão procura projetar a sua imagem como um desafio à proeminência da Índia na região. Com as evidências de que o Estado indiano estava perto de construir suas armas nucleares, o primeiro-ministro Bhutto<sup>43</sup> disse que se a Índia desenvolvesse uma bomba atômica, o Paquistão também desenvolveria uma porque não há alternativa convencional à bomba atômica. Quando a Índia testou seu dispositivo nuclear, em maio de 1974, Bhutto descreveu-o como uma ameaça à segurança do Paquistão e as atividades nucleares paquistanesas foram guiadas, principalmente, por seu medo de segurança em relação à Índia. O teste nuclear da indiano de 1974 serviu como um estímulo a mais para o desenvolvimento de armas nucleares pelo Paquistão. O Dr. Khan<sup>44</sup>, um metalurgista treinado

---

<sup>42</sup> O Paquistão Oriental, que se tornou o Estado independente de Bangladesh.

<sup>43</sup> Zulfikar Ali Bhutto (1928 – 1979) foi primeiro-ministro do Paquistão entre 1973 e 1977.

<sup>44</sup> Abdul Qadeer Khan nasceu em 1936, na Índia. Durante a primeira metade da década de 1970, estudou na Alemanha e na Bélgica e trabalhou em instalações de enriquecimento de urânio na Holanda, onde se familiarizou com o equipamento de centrifugação de gás necessário para o processo de enriquecimento de urânio. Tamanha foi a importância do papel desempenhado por ele, que, posteriormente, ficou conhecido como o pai do programa de desenvolvimento de armas nucleares do Paquistão (ALIFF; FOWSAR, 2016).

na Alemanha, que retornou da Europa para o Paquistão em 1975, fez contribuições significativas para o avanço do desenvolvimento de armas nucleares paquistanesas. Assim, o programa paquistanês de armas nucleares começou em 1976 e, finalmente, foi concluído em 1985, com uma usina de enriquecimento em Kahuta.

A necessidade de combater a hegemonia regional indiana e as suas vantagens militares convencionais também serviram para impulsionar o trabalho prévio do Paquistão sobre armas nucleares. A ideia de que a bomba era a solução levou os governantes paquistaneses a competirem com a Índia em capacidades de armas nucleares, apesar de o Paquistão ficar atrás da Índia em quase todos os outros atributos do poder nacional (FIG. 6). Em 1998, as disparidades entre os poderios militares convencionais indianos e paquistaneses começaram a aumentar. A partir de então, o Paquistão aumentou sua capacidade de produção de bombas a um ritmo superior ao da Índia. O governo do Paquistão reforça sua necessidade legítima de impedir a agressão da Índia e diz que o Paquistão não foi o primeiro a introduzir armas nucleares no sul da Ásia. Foi a Índia que iniciou e o Paquistão teve que desenvolver capacidade nuclear puramente para sua autodefesa. As medidas tomadas pelo Paquistão em relação ao seu arsenal nuclear são de natureza defensiva e uma resposta inevitável às ações da Índia (DALTON; KREPON, 2015). O Paquistão se comprometeu em não usar primeiro essas armas contra Estados não-nucleares, mas não descartou o uso inicial contra um agressor que possuía armas nucleares, como a Índia. Essa ambiguidade serviria para manter dissuasão contra a superioridade da Índia em armas convencionais (ALIFF; FOWSAR, 2016).

#### 4.2.2 O auxílio chinês

A China, como aliada militar do Paquistão e adversária da Índia, ajudou o Estado paquistanês a construir sua capacidade nuclear e de mísseis, tendo fornecido um projeto secreto de uma bomba nuclear, no início da década de 1980, além de urânio, trítio, cientistas e

componentes-chave altamente enriquecidos para um complexo de produção de armas nucleares. Os chineses forneceram assistência técnica ao Paquistão para as usinas de enriquecimento de Chashma e Kahuta<sup>45</sup>, com um projeto de bomba testado e com urânio altamente enriquecido, suficiente para mais de duas bombas. Essa ajuda chinesa ao Paquistão foi uma forma de equilibrar a Índia militar e politicamente. Ao incentivar a rivalidade entre a Índia e o Paquistão, a China também procurou impedir o reconhecimento da Índia como uma grande potência, limitando-a ao status de poder regional (ALIFF; FOWSAR, 2016).

A relação que a China tinha com o Paquistão na questão nuclear despertou grande preocupação aos funcionários do governo dos EUA, durante quatro administrações presidenciais. Desde o início da década de 1980 até meados da década de 1990, há muitos indícios do fornecimento de tecnologia de armas nucleares, pelos chineses ao Paquistão, incluindo informações de projeto. Até 2004<sup>46</sup>, nenhuma evidência conclusiva havia aparecido que ligasse a China ao programa de armas nucleares do Paquistão. A natureza das relações nucleares sino-paquistanesas ainda é motivo de dúvidas. Pequim, por muitos anos, assumiu a posição oficial de que não ajudaria outros Estados a adquirir armas nucleares. No entanto, nos anos seguintes ao seu primeiro teste nuclear, em outubro de 1964, a política chinesa de armas nucleares era complexa e ambivalente. Por um lado, a China apoiou a proibição total das armas nucleares e sua eliminação final, mesmo quando desenvolveu seu pequeno arsenal nuclear. Por outro lado, os chineses protestaram contra o monopólio nuclear das superpotências e declararam que era direito dos Estados não-nucleares desenvolver, por conta própria, armamentos nucleares, assim como o fizeram (BURR, 2004).

De acordo com Burr (2004), antes da questão do compartilhamento nuclear, a China e o Paquistão, por terem ambos uma relação antagônica com a Índia, já haviam se

---

<sup>45</sup> A assistência chinesa no desenvolvimento de centrífugas a gás em Kahuta foi indicada pela presença de técnicos chineses nas instalações, no início dos anos 80 (GLOBAL SECURITY, 2015).

<sup>46</sup> Em 2004, foram descobertos, pelas inteligências estadunidense e britânica, materiais de língua chinesa entre os documentos de armas nucleares que o Paquistão forneceu aos líbios, o que comprova o apoio nuclear da China ao Paquistão (BURR, 2004).



entendido e desenvolvido uma importante cooperação militar. A China tornou-se o principal fornecedor de armas do Estado paquistanês quando os EUA cortaram as vendas de armas para a Índia e para o Paquistão, em função do conflito fronteiriço de 1965. A estreita relação com a China tornou-se uma das bases da política externa paquistanesa. Em 1974, quando a Índia realizou seu primeiro teste nuclear, e o Paquistão decidiu construir suas armas nucleares, foi natural que elementos das forças armadas chinesas, que tinham influência no meio nuclear de Pequim, decidissem auxiliar o Paquistão.

A dependência do Paquistão em relação à China cresceu à medida que os controles de exportação e os mecanismos de fiscalização do Ocidente se tornaram mais rigorosos. A assistência nuclear prestada pela China é anterior ao acordo de cooperação nuclear sino-paquistanês de 1986, com algumas das transferências mais críticas ocorridas entre 1980 e 1985. A China teria fornecido ao Paquistão o projeto de uma de suas ogivas, bem como urânio altamente enriquecido (HEU) suficiente para algumas armas nucleares (GLOBAL SECURITY, 2015).

Os interesses que impulsionaram a China a ajudar o programa nuclear paquistanês se confrontaram, nas décadas de 1980 e 1990, com a cobrança de uma atuação mais decisiva dos chineses nos esforços globais de não-proliferação nuclear. Com o acordo de cooperação, a China e o Paquistão negociaram reatores nucleares chineses ao mesmo tempo em que eram feitos relatórios da transferência de projetos de armas nucleares e de tecnologias sensíveis de Pequim. Além disso, em 1995, uma empresa chinesa<sup>47</sup> vendeu ímãs de anel usados para a produção de urânio altamente enriquecido no Paquistão, apesar de a China ter se tornado um membro pleno do regime de não-proliferação nuclear<sup>48</sup> (BURR, 2004).

Documentos secretos que foram desclassificados e, posteriormente, divulgados, em sua maioria, telegramas diplomáticos, também chamados de cabos de embaixada,

---

<sup>47</sup> Uma empresa subsidiária da Corporação Nuclear Nacional da China (GLOBAL SECURITY, 2015).

<sup>48</sup> A China juntou-se à Autoridade Internacional de Energia Atômica em 1984. Assinou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, em 1992, e o Tratado Abrangente de Proibição de Testes, em 1995 (BURR, 2004).

mostram como as autoridades do governo dos EUA analisaram as relações nucleares sino-paquistanesas e se esforçaram, persistentemente, para desencorajá-las. Por relatarem fatos percebidos ou constatados por correspondentes diplomáticos, esses documentos constituem forte evidência dos acontecimentos.

A seguir listam-se informações, em ordem cronológica, compiladas de alguns dessas fontes primárias<sup>49</sup>, em que se pode verificar a preocupação estadunidense com a relação de apoio chinês ao programa nuclear do Paquistão e, em particular, com o desenvolvimento das armas nucleares paquistanesas com auxílio da China:

– Em 1965, muito antes de os EUA se preocuparem com o compartilhamento nuclear chinês com o Paquistão, autoridades do governo estadunidense preocuparam-se com o estreito relacionamento sino-paquistanês. Os EUA entendiam que o fato de os dois Estados vizinhos terem relações muito tensas com a Índia era central para sua estreita cooperação. As tensões aumentariam nos meses seguintes, com a eclosão da crise indo-paquistanesa em relação à Caxemira, com apoio dos chineses ao Paquistão. Em 1977, a China começou a oferecer ao Paquistão serviços de combustível e assistência técnica ao reator de água pesada Kanupp, além de auxílio em projetos relacionados com armas nucleares paquistanesas. Em 1981, os EUA procuraram desestimular o compartilhamento nuclear chinês com o Paquistão e, no fim de 1982, perguntaram a diplomatas chineses se Pequim estava ajudando o programa nuclear do Paquistão e nos esforços deste para fabricar um artefato explosivo nuclear, mas não obtiveram respostas. Logo em seguida, a revista estadunidense *Newsweek* publicou uma matéria destacando o problema da assistência da China ao projeto de armas nucleares do Paquistão. Autoridades paquistanesas negaram a reportagem (BURR, 2004).

– Em 1983, havia evidências inequívocas de que o Paquistão estava ativamente buscando um programa de desenvolvimento de armas nucleares com auxílio da China. Em 1989, a preocupação dos EUA concentrou-se em relatos de vários anos de assistência chinesa

---

<sup>49</sup> Cópias dos documentos estão disponíveis na referência citada.

ao programa de armas nucleares do Paquistão. Em 1991, os chineses mostraram preocupação com uma corrida armamentista no sul da Ásia, mas argumentaram que o programa nuclear do Paquistão era basicamente defensivo, funcionando como um freio contra a hegemonia regional indiana, a qual a China também se opunha (BURR, 2004).

– No início de 1992, a notícia de que uma grande exportação nuclear da China para o Paquistão estava em andamento gerou preocupações de que as salvaguardas chinesas não fossem duras o suficiente para impedir o desvio de recursos nucleares para o programa paquistanês de armas. Sobre o acordo da China com o Paquistão para a venda de reatores nucleares, Pequim informou que precisava fazer a venda e que esta beneficiaria o desenvolvimento econômico do Paquistão. No entanto, os EUA ainda estavam preocupados com relatos de envolvimento chinês no programa de armas nucleares do Paquistão. Em novembro do mesmo ano, autoridades chinesas declararam que era legítimo para o Paquistão desenvolver armas nucleares e argumentaram que, se isso era bom o suficiente para Moscou e Washington, outros estados rivais, como a Índia e o Paquistão, deveriam ter a mesma oportunidade de evitar conflitos. O relacionamento nuclear entre a China e o Paquistão, em especial, o programa de armas nucleares paquistanês, continuou sendo uma das principais preocupações dos EUA. Embora os chineses nunca declarassem publicamente que haviam ajudado o Paquistão, surgiram novas acusações de vendas ilícitas de ímãs de anéis e de um forno industrial especial e de que empresas chinesas tentaram vender equipamentos para o programa nuclear do Paquistão. O fato de a ajuda da China ao Paquistão ter tido as consequências negativas tornou-se evidente em maio de 1998, quando a Índia e o Paquistão realizaram testes com artefatos nucleares (BURR, 2004).

## **5 ANÁLISE DAS RELAÇÕES SINO-INDO-PAQUISTANESAS SEGUNDO AS TEORIAS APRESENTADAS**

Neste capítulo, serão estudadas as questões entre a China, a Índia e o Paquistão, tentando correlacioná-las aos aspectos teóricos apresentados. Inicialmente, identifica-se o interesse desses Estados pela água que, como recurso natural, foi considerada um importante elemento do poder nacional de Morgenthau. Em seguida, mostra-se uma relação de similaridade entre o mecanismo encontrado na diplomacia triangular de Nixon, descrita por Kissinger e o relacionamento sino-indo-paquistanês, a fim de verificar se o Estado paquistanês foi beneficiado pela relação hidroconflitiva entre a China e a Índia, inclusive com o auxílio do Estado chinês no desenvolvimento do armamento nuclear do Paquistão.

### **5.1 A DISPUTA PELA ÁGUA, ELEMENTO DO PODER NACIONAL**

Como foi visto, quando os cursos d'água não pertencem integralmente a um único Estado, eles devem ser usados em conjunto, o que pode se tornar um problema quando tais recursos ficam exíguos. A água, como um recurso natural essencial para a autossuficiência na produção de alimentos, na geração de energia e nos processos industriais, pode ser considerada um importante elemento do poder nacional, fundamental para a sobrevivência e para o desenvolvimento dos Estados, conforme foi descrito por Morgenthau.

Sob a perspectiva realista, como a posse dos recursos hídricos influencia no desenvolvimento socioeconômico e na autonomia política dos Estados, estes atuam segundo seus interesses nacionais e, constantemente, buscam o poder. Sendo assim, o acesso aos recursos naturais, especialmente a água, pode motivar Estados co-ribeirinhos a disputarem seus cursos d'água comuns. É o caso da Índia e da China que, juntas, possuem 37% da população mundial e contam somente com menos de 11% dos recursos hídricos do mundo, como já foi apresentado, no capítulo 3. Diante da limitação da água frente ao rápido

crescimento de suas populações, tais Estados têm aguçado suas rivalidades em disputas por recursos hídricos, muitas vezes disfarçadas de questões territoriais, inclusive resultando em conflitos armados, em algumas ocasiões. O mesmo ocorre também entre a Índia e o Paquistão.

A posse dos recursos hídricos pode ser usada por um Estado mais forte, até mesmo para exercer determinado nível de controle sobre os seus vizinhos, sendo este mais um exemplo da água como elemento de poder, como foi dito por Morgenthau. Normalmente, a China como um Estado militarmente mais forte tem o controle da captação das águas compartilhadas e, não raramente, utiliza este domínio para influenciar os Estados no seu entorno e exercer uma hegemonia regional. Assim, identifica-se que os recursos hídricos regem as relações sino-indo-paquistanesas por constituírem um recurso estratégico indispensável e um importante elemento do poder nacional.

## 5.2 ANÁLISE DO TRIÂNGULO ESTRATÉGICO SINO-INDO-PAQUISTANÊS

A China, a Índia e o Paquistão possuem relações demasiadamente complexas entre si e envoltas em disputas territoriais, muitas vezes motivadas pelos recursos hídricos, que se repetem e se arrastam por décadas. Algumas dessas questões ainda não foram resolvidas e estão longe de uma solução definitiva. De uma maneira geral, observa-se que tanto a China quanto o Paquistão possuem problemas com a Índia, com quem ambos já travaram violentos conflitos. Foi natural, então, que os chineses e os paquistaneses estreitassem suas relações, por terem, na figura da Índia, um rival comum.

Intenciona-se, a seguir, identificar uma similaridade das relações sino-indo-paquistanesas com a situação conhecida como diplomacia triangular, entre os EUA, a ex-URSS e a China, durante o período de governo do presidente Nixon, nos EUA.

Os estadunidenses viviam em estado de grande tensão com a ex-URSS, em função da Guerra Fria. Nesse contexto, Kissinger e Nixon viram na aproximação com China uma

oportunidade de mudança nessas relações. Eles achavam que haveria uma distensão com a ex-URSS, a partir do estreitamento das relações sino-estadunidenses. A China era um Estado fechado, o que levou os EUA a tomarem a iniciativa para tentar estabelecer uma relação mais próxima com os chineses. Para tal, em 1969, os estadunidenses anunciaram diversas medidas unilaterais beneficiando os chineses, principalmente nos campos econômico e diplomático, que fizeram com que, progressivamente, as relações sino-estadunidenses fossem melhorando. Com esta aproximação entre os EUA e a China, os soviéticos passaram a ter que se preocupar com duas frentes, o que, naturalmente, levou a ex-URSS a aliviar as tensões com os EUA. Estava, assim, configurada a diplomacia triangular de Nixon, que foi descrita por Kissinger.

Paralelamente, na relação sino-indo-paquistanesa, tanto a China quanto o Paquistão tinham situações de conflito com a Índia. Motivados pelo rival comum, a China e o Paquistão estreitaram suas relações. A China como Estado mais forte, passou a apoiar o Estado paquistanês. Inicialmente, os chineses auxiliaram o Paquistão com o fornecimento de armas, durante os conflitos indo-paquistaneses. Num momento posterior, a China apoiou o desenvolvimento do programa nuclear paquistanês, que culminou com a fabricação das armas nucleares do Paquistão, também com ajuda chinesa. Com a aproximação sino-paquistanesa, a Índia (à semelhança do que ocorreu com a Rússia), sentiu-se ameaçada duplamente. Assim, em função do apoio entre a China e o Paquistão, o Estado indiano tende a considerar maiores dificuldades em suas contendas tanto com os chineses quanto com os paquistaneses, o que, na prática, contribui para que reduzam os conflitos por parte da Índia. Formou-se, então, nas relações sino-indo-paquistanesas, conforme descrito, um triângulo estratégico, que, em virtude da semelhança com o que foi descrito por Kissinger, o autor desta pesquisa passa a chamar de diplomacia triangular asiática.

Pode-se observar grande correlação entre a situação retratada por Kissinger e a diplomacia triangular asiática. Enquanto na primeira, os EUA, como Estado mais forte,

aproximaram-se da China para tentar reduzir as tensões com a ex-URSS, rival comum a ambos, na situação asiática, a China, neste caso o Estado mais forte, estreitou suas relações com o Paquistão, pois ambos tinham a Índia como rival comum. Na diplomacia triangular de Nixon, a China acabou tendo benefícios, por meio das ações unilaterais dos estadunidenses em seu favor. De modo semelhante, no triângulo sino-indo-paquistanês, o Paquistão teve benefícios, por meio de ajudas da China, inicialmente, com o fornecimento de armamento convencional e, num segundo momento, com auxílios no programa nuclear paquistanês, incluindo o desenvolvimento de suas armas nucleares, este último não declarado pelos chineses, mas com vários indícios.

Desse modo, a partir das situações relatadas, analisando as relações entre os atores estatais envolvidos em cada caso, pode-se dizer que existe uma forte correspondência entre triângulo estratégico formado com a diplomacia triangular de Nixon e o triângulo sino-indo-paquistanês, na diplomacia triangular asiática, o que indica que há grande aderência do caso concreto asiático que foi analisado com o que foi descrito por Kissinger. E, da mesma forma, pode-se depreender que o Estado do Paquistão se beneficiou dos conflitos hídricos entre China e Índia. Um desses benefícios foi o auxílio chinês para o desenvolvimento do armamento nuclear paquistanês, que não foi declarado, mas possui muitas evidências. Alguns dos fatos que indicam que a China ajudou diretamente o Paquistão na construção de seu arsenal nuclear serão mostrados a seguir.

### 5.3 AS ARMAS NUCLEARES DO PAQUISTÃO COM AUXÍLIO CHINÊS

Pode-se constatar que, principalmente para possibilitar um equilíbrio de poder no sul da Ásia, entre a Índia e o Paquistão, a China auxiliou o Estado paquistanês, durante décadas, inicialmente com o fornecimento de armas convencionais, passando ao seu programa nuclear para geração de energia e culminando com a ajuda no desenvolvimento dos

armamentos nucleares paquistaneses.

Essa parceria histórica, mesmo que, em muitas situações, não tenha sido admitida pela China, principalmente no que tange aos artefatos nucleares do Paquistão, pôde ser verificada, por indícios apresentados nos diversos documentos diplomáticos que foram desclassificados e divulgados. Tais registros não só expõem uma constante preocupação dos EUA com as estreitas relações sino-paquistanesas como também revelam a recorrente ajuda da China ao Paquistão na produção e nos testes de armamentos nucleares.

Em diversos momentos, entre as décadas de 1980 e 1990, surgiram relatos do envolvimento da China em programas de desenvolvimento do arsenal nuclear paquistanês. Algumas vezes, essa relação foi mascarada por uma alegação do Estado chinês de que estaria auxiliando o Paquistão no uso de fontes nucleares para a geração de energia, inclusive por meio de acordos bilaterais, o que, segundo os chineses, seria importante para o desenvolvimento econômico do Estado paquistanês.

Entretanto, em declarações de representantes chineses que diziam ser legítimo que o Paquistão desenvolvesse armas nucleares para se contrapor à Índia e evitar conflitos por meio da dissuasão, observa-se que a China demonstrou que era favorável a que o Estado paquistanês possuísse seus armamentos nucleares. Mais do que isso, um Paquistão capaz de se contrapor, em um certo nível, à ameaça da Índia aliviaria a China, que também possui rivalidades com o Estado indiano. Logo, além dos indícios apresentados por meio das correspondências diplomáticas divulgadas, é possível afirmar que, para a China, foi importante que o Paquistão possuísse armas nucleares.

Assim, com base nos fatos mencionados, verifica-se que a China auxiliou efetivamente o estado do Paquistão no desenvolvimento do seu armamento nuclear.



#### 5.4 RESPOSTA À QUESTÃO PROPOSTA

Esta pesquisa teve o intuito de responder ao seguinte questionamento: “Teria o Estado do Paquistão se beneficiado dos conflitos hídricos entre a China e a Índia, para o desenvolvimento do seu armamento nuclear, entre as décadas de 1960 e 1990?”.

Pode-se perceber que a China e a Índia possuem vários exemplos históricos de disputas territoriais, muitas vezes, motivadas por situações hidroconflitivas, sendo a disputa pelos recursos hídricos uma tentativa de incrementar o poder nacional dos Estados envolvidos.

Observa-se, também, que tanto a China quanto o Paquistão possuem a Índia como um rival comum. Sendo assim, analogamente ao triângulo estratégico de Nixon e Kissinger, o Estado chinês buscou estreitar seus laços com o Paquistão, apoiando-o, de modo a desestimular qualquer atitude agressiva por parte da Índia. Nesta relação, denominada por este autor de diplomacia triangular asiática, a China concedeu enormes benefícios ao Estado do Paquistão. E, dentre os diversos auxílios dos chineses, o maior deles foi no programa nuclear paquistanês e no desenvolvimento do seu armamento nuclear que, pelos indícios, é possível dizer que teve participação fundamental da China, entre as décadas de 1960 e 1990.

Com isso, volta-se à questão proposta e, já com todos os elementos pesquisados, pode-se afirmar que sim, o Estado do Paquistão se beneficiou do conflito hídrico entre a China e a Índia para o desenvolvimento do seu arsenal nuclear, entre as décadas de 1960 e 1990.

## 6 CONCLUSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se analisar os conflitos hídricos entre a China e a Índia e também como o Paquistão se beneficiou dessas relações hidroconflitivas para desenvolver o seu arsenal nuclear, com apoio do Estado chinês, entre as décadas de 1960 e 1990. Como desenho de pesquisa, foi utilizada a comparação entre a teoria e a realidade e verificou-se uma forte aderência entre os aspectos teóricos abordados e os assuntos em questão.

No referencial teórico utilizado, foram empregadas duas teorias, ambas com abordagens realistas, que serviram para que se pudesse ter uma melhor compreensão das motivações dos conflitos hídricos, além de explicarem como se deu o apoio chinês ao Paquistão nos seus projetos de artefatos nucleares.

Inicialmente, foram apontados alguns conceitos sobre a abordagem realista no campo das relações internacionais. Então, buscou-se descrever os elementos do poder nacional de Morgenthau, identificando, dentre os recursos naturais, a água, como um recurso estratégico indispensável e um elemento do poder nacional de fundamental importância para a geopolítica dos Estados. Na sequência, como um segundo aspecto teórico, foi apresentada a dinâmica da diplomacia triangular de Nixon, descrita por Kissinger, de modo a mostrar como um Estado relativamente mais fraco pode se beneficiar de uma relação conflituosa existente entre dois outros Estados mais fortes. E, para fechar o capítulo, procurou-se estabelecer uma relação entre os dois aspectos teóricos apresentados, a partir da associação da diplomacia triangular às questões hídricas entre os Estados, como forma de busca pelo poder.

Os recursos hídricos foram analisados, no terceiro capítulo, como um potencial motivador de conflitos. Iniciou-se mostrando a importância da água, sob diversos aspectos, além das causas e consequências da sua escassez. Em seguida, explicou-se como esta escassez pode levar a conflitos entre Estados, além dos aspectos econômicos e diplomáticos envolvidos. Por fim, analisaram-se os fatores que levaram o Estado chinês a estabelecer uma

hegemonia hídrica regional e os problemas hídricos sino-indianos que criaram rivalidades e motivaram conflitos entre estes dois Estados.

No quarto capítulo, apresentou-se, no contexto regional do sul da Ásia, o Estado do Paquistão, como mais um ator estatal, e o seu relacionamento com a Índia, marcado por rivalidades e conflitos. Foram mostradas, então, as origens e as motivações envolvidas no desenvolvimento do armamento nuclear paquistanês, além de indicações de que o Estado chinês, desde o início, auxiliou o Paquistão no seu programa nuclear, inclusive na construção dos seus armamentos nucleares, em função de rivalidades comuns que a China e o Paquistão possuem com a Índia. Por fim, foram apresentadas evidências que comprovam o apoio chinês ao programa paquistanês de armas nucleares.

Já no capítulo 5, correlacionou-se toda a teoria apresentada ao objeto de estudo. Iniciou-se o capítulo justificando-se a competição por recursos hídricos com base na disputa dos Estados pelo poder. Considerando a água um elemento do poder nacional de Morgenthau, foi mostrado como a sua posse e o seu controle são usados pela China, como um Estado mais forte, para influenciar seus Estados vizinhos, em especial, a Índia e o Paquistão, e exercer, assim, uma hegemonia regional. Em seguida, buscou-se uma relação de similaridade entre o mecanismo observado na diplomacia triangular de Nixon, conforme descrita por Kissinger, e o relacionamento sino-indo-paquistanês, que foi chamado neste trabalho, de diplomacia triangular asiática. Mostrou-se que a China passou a apoiar o Paquistão, inicialmente com o fornecimento de armas convencionais e, num segundo momento, com auxílios no seu programa nuclear. Pôde-se observar, neste caso, que o Paquistão se beneficiou do conflito entre a China e a Índia. Mais do que isso, no fim do capítulo, foi mostrado que, apesar de não admitido pelos chineses, há evidências de que o apoio da China ao Paquistão foi efetivo, inclusive para a construção do arsenal nuclear paquistanês. Portanto, com base nos aspectos apresentados e nas análises feitas, é possível responder à questão proposta, podendo-se

afirmar que, realmente, o Paquistão se beneficiou dos conflitos hídricos entre a China e a Índia para o desenvolvimento do seu arsenal nuclear, entre as décadas de 1960 e 1990, o que também confirma a hipótese formulada.

Para concluir, espera-se que este trabalho contribua para despertar uma consciência da importância geopolítica dos recursos hídricos e das consequências advindas da sua escassez.

## REFERÊNCIAS

- ALIFF, Seeni Mohamed; FOWSAR, Mohamed Anifa Mohamed. **Pakistan's nuclear policy & development: a Sri Lankan perspective**. 2016. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/307623444>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- ANBARASAN, Ethirajan. **Os dois territórios disputados por China e Índia que estremecem as relações entre os dois gigantes**. 2017. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40443826>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- ARAÚJO, Arão Inocêncio Alves. **Henry Kissinger, Nixon e a diplomacia triangular**. 2010. Disponível em: <<http://araovalves.blogspot.com/2010/11/henry-kissinger-nixon-e-diplomacia.html>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- BARROS F. G. N; AMIN M. M. **Escassez de água: geopolítica e valoração hídrica**. VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica. Mato Grosso, 2009. 16p.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Editora UNB - Imprensa Oficial, 2004. 1358 p. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norberto-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- BURR, William. **China, Pakistan, and the bomb: the declassified file on U.S. policy, 1977-1997**. 2004. Disponível em: <<https://nsarchive2.gwu.edu//NSAEABB/NSAEABB114/index.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2018.
- BRITANNICA, Encyclopaedia. **Search Britannica articles and images**. 2018. Disponível em: <https://www.britannica.com/>. Acesso em: 15 jul. 2018.
- CHELLANEY, Brahma. **Water, peace, and war: confronting the global water crises**. Updated Edition. London; New York: Rowman & Littlefiel, 2013. 400 p.
- DALTON, Toby; KREPON, Michael. **A normal nuclear Pakistan**. 2015. Disponível em: <<https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/NormalNuclearPakistan.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- EMMOTT, Bill. Tibet is one thing, but India and China tensions spell bigger disaster. **The Sunday Times Online**, London, 30 mar. 2008. Disponível em: <<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/asia/article3645001.ece>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- ESTADOS UNIDOS. NATO Military Terminology Group. **DOD Dictionary of Military and Associated Terms**. 2001 (Emendado até: 31 jul. 2010). Disponível em: <<http://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/dictionary.pdf?ver=2018-05-02-174746-340>>. Acesso em: 04 jul. 2018.
- FREUND, Julien. **Sociología del conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995.
- GLOBAL SECURITY. **Pakistan nuclear weapons**. 2015. Disponível em: <<https://www.globalsecurity.org/wmd/world/pakistan/nuke.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

GRIFFITHS, Martin. **50 grandes estrategistas de relações internacionais**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2005. 396p.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. New York: Touchstone, 1994. 912 p.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. 1152 p.

OLIVEIRA, Luciane. **Corredor Econômico China-Paquistão e Geopolítica da Água no Sul da Ásia à luz do conflito indo-paquistanês**. Revista Mundorama, 01 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.mundorama.net/?p=23663>>. Acesso em 03 de junho de 2018.

PETRELLA, Riccardo. **O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial**. Petrópolis: Vozes, 2002. 160 p.

PRIBERAM, Dicionário. **Pesquisa**. 2018. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/Default.aspx>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

QUEIROZ, Fábio Albergaria de. **Hidropolítica e segurança: as bacias platina e amazônica em perspectiva comparada**. Brasília: FUNAG, 2012. 412 p.

QUERO, Caio. **Como as crises da água e da Petrobras afetam a inserção internacional do Brasil?**. 2015 Disponível em: <<http://politike.cartacapital.com.br/como-as-criises-da-agua-e-da-petrobras-podem-afetar-a-insercao-internacional-do-brasil/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Prefácio. In: MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003. p. XI–XXXVIII.

SAVIN, Leonid. **Water wars**. 2015. Disponível em: <<https://www.geopolitica.ru/en/1148-water-wars.html>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

SILVA, Flávio José Rocha. **Água, poder e política**. 2017. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2017/11/03/agua-poder-e-politica-artigo-de-flavio-jose-rocha-da-silva/>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

TISSOT, Guilherme. **A diplomacia triangular de Nixon**. 2011. Disponível em: <<https://guilhermetissot.wordpress.com/2011/10/16/a-diplomacia-triangular-de-nixon/>>. Acesso em 03 jun. 2018.

## APÊNDICE A

### **Linha do tempo dos fatos, tensões e conflitos envolvendo a Índia e o Paquistão:**

1947 – A Grã-Bretanha divide seu império indiano gerando a Índia (hindu) e o Paquistão (muçulmano), provocando uma das maiores e mais sangrentas migrações da história moderna.

1947/48 – A Índia e o Paquistão entram em guerra pela Caxemira. A guerra termina com um cessar-fogo e uma resolução ordenada pela ONU que busca um plebiscito para o povo de Jammu e Caxemira decidir se vai se tornar parte da Índia ou do Paquistão.

1965 – A Índia e o Paquistão lutam sua segunda guerra na Caxemira. Os combates terminam depois que as Nações Unidas pedem um cessar-fogo.

1971 – O Paquistão e a Índia vão à guerra pela terceira vez. Desta vez sobre o Paquistão Oriental, que se torna independente e origina Bangladesh.

1972 – O primeiro-ministro paquistanês, Zulfikar Ali Bhutto, e a primeira-ministra indiana, Indira Gandhi, assinam um acordo na cidade indiana de Simla para estabelecer os princípios que devem reger as relações.

1974 – A Índia detona seu primeiro dispositivo nuclear.

1989 – A revolta separatista começa na Caxemira indiana. A Índia acusa o Paquistão de armar e enviar militantes islâmicos para a Caxemira indiana, o que o Paquistão nega.

1998 – A Índia realiza testes nucleares. O Paquistão realiza seus próprios testes em resposta.

Fevereiro de 1999 – O primeiro-ministro indiano, Atal Behari Vajpayee, realiza uma reunião de cúpula com seu colega paquistanês, Nawaz Sharif, em Lahore.

1999 – A Índia e o Paquistão lutam um breve mas intenso conflito nas montanhas acima de Kargil, na Linha de Controle, a linha de cessar-fogo que divide o antigo reino de Jammu e Caxemira.

Julho de 2001 – A cimeira entre o líder paquistanês, General Pervez Musharraf, e Vajpayee, em Agra, na Índia, termina em fracasso.

Dezembro de 2001 – Militantes atacam o parlamento indiano. A Índia culpa os grupos separatistas da Caxemira, do Paquistão, Lashkar-e-Taiba (LeT) e Jaish-e-Mohammad. Cerca de um milhão de soldados são mobilizados em ambos os lados da fronteira. A guerra só foi evitada meses depois em junho de 2002.

2003 – O Paquistão e a Índia concordam com um cessar-fogo na Linha de Controle.

2004 – Os dois Estados lançam um processo formal de paz.

Julho de 2008 – A Índia culpa a agência de inteligência ISI do Paquistão por um ataque a bomba contra a embaixada indiana em Cabul.

Novembro de 2008 – Dez militantes lançam vários ataques em Mumbai, matando 166 pessoas. A Índia culpa os militantes do Paquistão e interrompe as negociações com o Paquistão.

Fevereiro de 2009 – A Índia acolhe com cautela a investigação do Paquistão sobre o ataque em Mumbai. O Paquistão admite, pela primeira vez, que o ataque foi lançado e parcialmente planejado do Paquistão.

Março de 2009 – O ministro do Interior da Índia disse que o Paquistão está ameaçando se tornar um Estado falido e não ficou claro quem estava no seu controle.

Maior de 2009 – O novo governo de coalizão da Índia diz que cabe ao Paquistão dar o primeiro passo em direção a melhores laços, reprimindo os militantes em seu território.

Junho de 2009 – O primeiro-ministro Manmohan Singh e o presidente paquistanês, Asif Ali Zardari, encontram-se à margem da cúpula da Organização de Cooperação de Xangai, na Rússia. Singh diz a Zardari que quer que ele garanta que os militantes não possam operar no Paquistão.

Julho de 2009 – A Índia e o Paquistão concordam em trabalhar juntos para combater o terrorismo e ordenar que seus principais diplomatas se reúnam sempre que necessário. Mas o primeiro-ministro Singh, após conversar com seu colega paquistanês, Yusuf Raza Gilani, no Egito, descartou a retomada das negociações formais de paz, conhecidas como “diálogo composto”, que Islamabad vinha buscando.

Agosto de 2009 – A Índia dá ao Paquistão um novo dossiê de provas para investigar os ataques em Mumbai e processar Hafiz Mohammad Saeed, o suspeito de planejar a carnificina de três dias.

Janeiro de 2010 – Forças paquistanesas e indianas trocam tiros pela fronteira, o mais recente de uma série de incidentes que aumentam a tensão entre os dois.

Fevereiro de 2010 – a Índia oferece novas conversações com o Paquistão. As conversações serão realizadas em nível diplomático dos dois Estados.

13 de fevereiro – Uma bomba em uma padaria na cidade de Pune, no oeste da Índia, mata 13 pessoas. Um funcionário do governo indiano disse, mais tarde, que as negociações do secretário do exterior continuariam conforme o programado.

Fonte: Reuters. 25 fev. 2010. Disponível em: <[http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/history/post-cold-war/india-pakistan/History%20of%20India-Pakistan%20Relations/conflict\\_timeline.html](http://www.nuclearfiles.org/menu/key-issues/nuclear-weapons/history/post-cold-war/india-pakistan/History%20of%20India-Pakistan%20Relations/conflict_timeline.html)>. Acesso em: 28 jul. 2018.

(Compilado por Zeeshan Haider; Escrita e edição adicional de David Cutler; Edição de Michael Roddy, London Editorial Reference Unit)



## ANEXO A

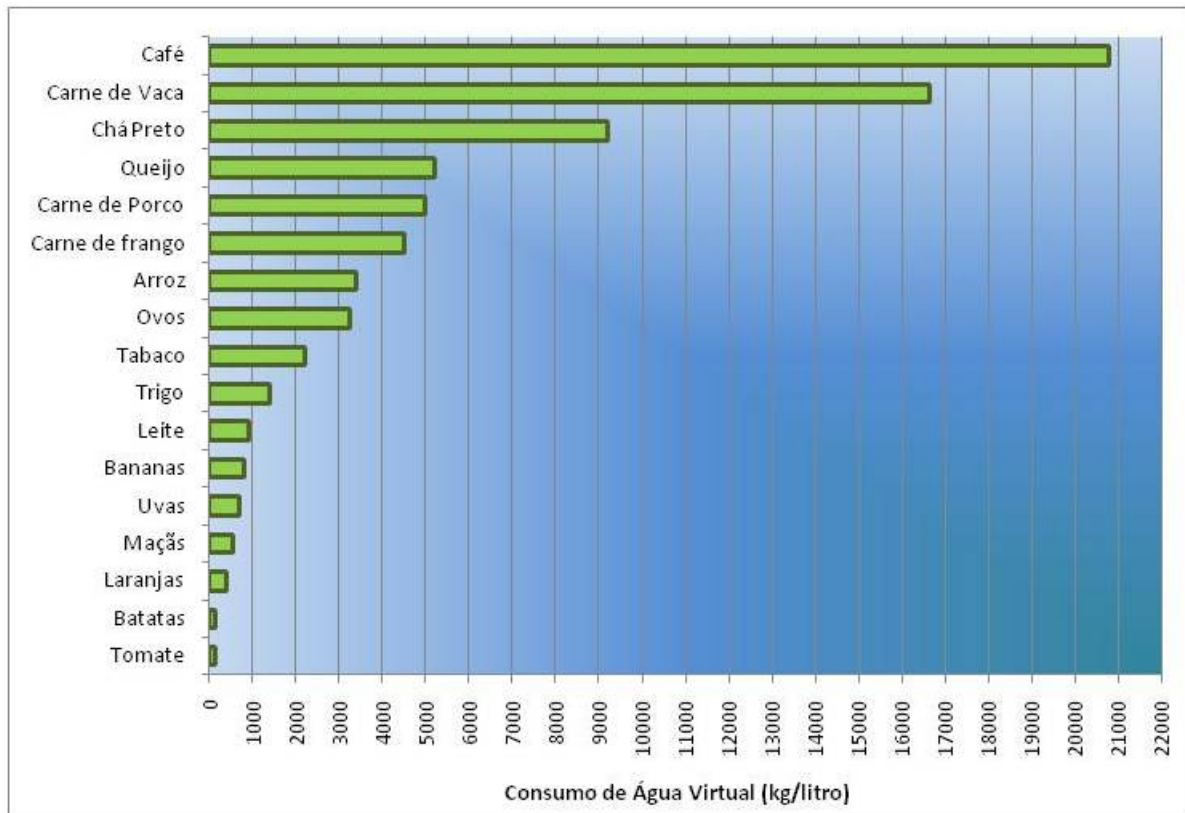


FIGURA 1 – Consumo de água virtual

Fonte: Engenharia no Mundo Rural. Disponível em: <<http://engenhariamundorural.blogspot.com/2011/03/consumo-de-agua-virtual.html>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

## ANEXO B



FIGURA 2 – O mapa da China e a região do Tibete

Fonte: CNN. Disponível em:  
<<http://archives.cnn.com/2000/ASIANOW/east/01/08/tibet.lama.01/map.china.tibet.gif>>.  
Acesso em: 15 mar. 2018.

## ANEXO C



FIGURA 3 – Territórios em disputa entre a China e a Índia

Fonte: BBC. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40443826>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

## ANEXO D



FIGURA 4 – A Bacia do Rio Indo

Fonte: Geopolitica.ru. Disponível em: <<https://www.geopolitica.ru/en/article/asian-water-crises-shadow-nuclear-war>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

## ANEXO E



FIGURA 5 – Conflitos na Caxemira

Fonte: Tiberiogeo. Disponível em: [http://www.tiberiogeo.com.br/imagem/mundo/caxemira\\_3.jpg](http://www.tiberiogeo.com.br/imagem/mundo/caxemira_3.jpg). Acesso em: 03 jun. 2018.

## ANEXO F

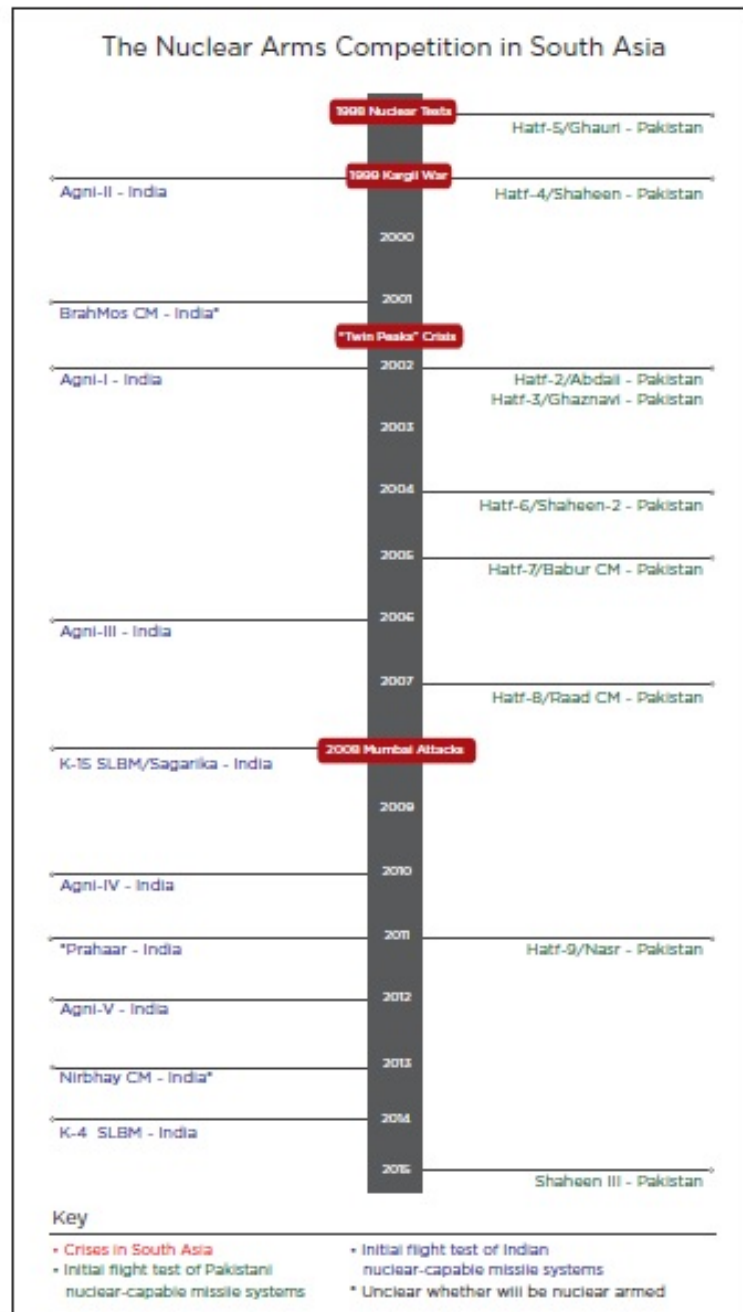


FIGURA 6 – A Competição de Armas Nucleares entre a Índia e o Paquistão

Fonte: Stimson Center. Disponível em: <<https://www.stimson.org/sites/default/files/file-attachments/NormalNuclearPakistan.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2018.